

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: Desenvolvimento e Cooperação Internacional

O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO DE  
DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

Helena Quoniam Vicente Pereira

**ORIENTAÇÃO: Professora Doutora Joana Helena Maria Fajardo  
Pacheco Pereira Leite**

**JÚRI:**  
**PRESIDENTE: Professor Doutor Jochen Oppenheimer**

**VOGAIS: Professora Doutora Joana Helena Maria Fajardo  
Pacheco Pereira Leite  
Professor Doutor José António Correia Pereirinha  
Professor Doutor Rogério Roque Amaro**

**Julho/2006**

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: Desenvolvimento e Cooperação Internacional

O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO DE  
DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

Helena Quoniam Vicente Pereira

**ORIENTAÇÃO: Professora Doutora Joana Helena Maria Fajardo  
Pacheco Pereira Leite**

**JÚRI:**  
**PRESIDENTE: Professor Doutor Jochen Oppenheimer**

**VOGAIS: Professora Doutora Joana Helena Maria Fajardo  
Pacheco Pereira Leite  
Professor Doutor José António Correia Pereirinha  
Professor Doutor Rogério Roque Amaro**

**Julho/2006**

## **ABREVIATURAS**

**ACP** – African Caribbean and Pacific

**ANC** – African National Congress

**APD** – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

**CORAT** – Christian Organisation Research and Advisory Trust

**ESSET** – Ecumenical Service for Socio-Economic Transformation

**EUA** – Estados Unidos da América

**FED** – Fundo Europeu de Desenvolvimento

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique

**HIPC** – Highly Indebted Poor Countries

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**NIC** - New Industrialising Countries

**PRE** – Programa de Reabilitação Económico

**PAE** – Programa de Ajustamento Estrutural

**PARPA** – Plano de Acção Redução Pobreza Absoluta

**PNUD** – Programa das Nações Unidas do Desenvolvimento

**PVD** – País em via de Desenvolvimento

**RENAMO** – Resistência Nacional Moçambicana

**SADCC** – Southern African Development and Coordination Conference

**WFDD** – World Faith Development Dialogue

# **O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE**

Helena Quoniam Vicente Pereira

Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Orientador: Professora Doutora Joana Pereira Leite

Provas concluídas em:

## **RESUMO**

O conceito de Desenvolvimento tem variado ao longo dos tempos, adquirindo uma nova dimensão social, política, cultural e económica, e abrangendo temas como direitos humanos, liberdade, democracia, diversidade cultural, etc. O modelo de desenvolvimento alternativo proposto por alguns autores enfatiza o conceito de *empowerment*, que nos alerta para a crucialidade destas dimensões. Tendo em consideração os diferentes actores da cooperação para desenvolvimento, destacamos no presente estudo a intervenção a Igreja Católica.

Deste modo, são várias as áreas onde a Igreja Católica intervém ou poderia potencialmente intervir, visto que dispõe não apenas de mecanismos e recursos, mas também de uma efectiva cultura de integração no seio das comunidades, permitindo-lhe sensibilizar as populações para a resolução de diversos problemas de desenvolvimento, nomeadamente na luta contra a pobreza.

O presente trabalho pretende contribuir para um maior conhecimento do papel da Igreja Católica no processo de desenvolvimento em Moçambique, apresentando um estudo de caso sobre os Jesuítas enquanto organização católica e agente de desenvolvimento neste país, destacando a sua intervenção durante o século XX, e enfatizando os momentos mais influentes.

**Palavras chave:** Igreja Católica, Moçambique, Cooperação para o Desenvolvimento, Empowerment, Teologia da Libertação, Educação.

# **THE ROLE OF THE CATHOLIC CHURCH IN THE DEVELOPMENT PROCESS ON MOZAMBIQUE**

Helena Quoniam Vicente Pereira

Master in Development and International Cooperation

## **ABSTRACT**

The concept of “*Development*” has changed during the time. Recently it acquired a new social, politics, economic and cultural dimension, including issues such as human rights, liberty, democracy, cultural diversity, etc.. The alternative development model proposed by some authors stresses the concept of *empowerment*, which indeed alerts us to the crucial nature of those dimensions. Though considering the different cooperation for development actors, we shall focus here on the intervention of the Catholic Church.

In fact, the areas where the Catholic Church intervenes or shows the potential to intervene upon are multiple. This diversity of influence is based on the capacity of the Catholic Church to integrate the very core of the local communities, bringing not only the resources, but the needed mechanisms to the effort of creating awareness amongst the local populations for the urgency of the resolution of development problems, namely the fight against poverty.

This work intends to contribute to a deeper understanding of the role of the Catholic Church on the development process of Mozambique, introducing a case study focused on the specific role of the Jesuits as development agents, highlighting its intervention during the 20<sup>th</sup> century and emphasize its most influent moments.

**Key Words:** Catholic Church, Mozambique, Development Cooperation, Empowerment, Liberation Theology, Education.

## ÍNDICE GERAL

Abreviaturas .....	3
Resumo e Palavras-chave .....	4
Lista de Quadros .....	7
Agradecimentos .....	8
I – Introdução .....	9
II – Enquadramento Teórico .....	12
2.1 A Problemática do Desenvolvimento .....	12
2.2 O Papel da Igreja Católica na Cooperação para o Desenvolvimento .....	23
2.3 A Teologia da Libertação em África .....	30
III – Moçambique no período pós-colonial: contexto histórico .....	34
3.1 Do fim da colonização à experiência Socialista .....	34
3.2 O impacto da liberalização: PRE(s) e Consequências .....	42
3.3 Cooperação para o Desenvolvimento em Moçambique .....	50
IV – O Papel da Igreja Católica no Processo de Desenvolvimento em Moçambique .....	56
4.1 O Diálogo entre Desenvolvimento e Fé .....	56
4.2 Análise da Intervenção da Igreja Católica no Processo de Desenvolvimento ..	58
4.3 O Caso dos Jesuítas em Moçambique .....	63
4.3.1 Breve Historial sobre a Criação da Companhia de Jesus e as suas Particularidades e Metodologia de Intervenção .....	63
4.3.2 Práticas de Intervenção dos Jesuítas em Moçambique .....	79
V – Conclusões .....	88
VI – Referências Bibliográficas .....	92
VII – Anexos .....	101

## **LISTA DE QUADROS**

- QUADRO I    Instituições Católicas de Ensino existentes em 2002
- QUADRO II    Instituições de Assistência e Beneficência Católica existentes em 2002
- QUADRO III    Desenvolvimento da produção e comércio externo em anos escolhidos entre 1973 e 1986
- QUADRO IV    Resumo do Período entre 1974-1992
- QUADRO V    Défice do Orçamento do Estado
- QUADRO VI    Organigrama da Igreja Católica

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer à Professora Doutora Joana Pereira Leite pelo seu apoio na realização deste trabalho, pela sua paciência e incentivos para o terminar. Também pelo interesse manifestado pelo tema que lhe apresentei, tendo desde o início manifestado confiança em mim, sem ter sido sua aluna durante a parte curricular do mestrado.

Agradeço ao Zé António pelo seu apoio e suporte moral, incentivando-me sempre para que concluísse este trabalho.

Agradeço aos missionários que sempre me receberam com entusiasmo, em especial ao D. Pedro Zilli, Padre Domingos da Fonseca, Padre Abraão, Irmã Vitalina e ao Padre Sousa.

Agradeço aos meus pais e aos meus padrinhos, Adília e Neca, pelo seu carinho e amizade manifestado para comigo.



## **I - INTRODUÇÃO**

A intervenção da Igreja Católica no campo do desenvolvimento e a sua clara vocação universalista são factos incontestáveis que têm merecido a atenção de diversos pensadores ao longo dos séculos. Carismática, com um discurso homogéneo e universal, partilhado pelos membros da hierarquia, esta instituição milenar emerge no cenário da problemática do desenvolvimento como um agente activo, que requer o reconhecimento legítimo das suas intervenções.

Acreditamos que existe alguma pertinência na enunciação deste estudo, que se propõe demonstrar quais as principais contribuições da Igreja Católica no processo de desenvolvimento nos PVD, centrando-nos no caso particular de Moçambique.

A particularidade das suas intervenções nas missões, levam-nos a acreditar que existe alguma paridade com várias agências internacionais vocacionadas para o desenvolvimento e cooperação internacional, no que respeita aos objectivos que se propõe alcançar.

Por conseguinte, consideramos como pergunta de partida: qual o papel da Igreja Católica no processo desenvolvimento em Moçambique?

Perceber quais as metodologias que utiliza, como se organiza internamente, quais as principais motivações para a sua participação no processo de desenvolvimento e de que forma pode colaborar na redução da pobreza, são algumas das questões que nos propomos aprofundar ao longo deste estudo.

A escolha da Companhia de Jesus, enquanto exemplo representativo da Igreja Católica, deve-se ao passado histórico desta congregação e ao seu papel na missionação, às suas características específicas que a tornam num estudo de caso atractivo,

nomeadamente no tipo de metodologia accionada e a sua reconhecida intervenção no domínio da educação.

A metodologia de investigação consistiu essencialmente na recolha e análise de fontes bibliográficas diversificadas, procurando sempre que possível expor as disparidades e semelhanças acerca do nosso objecto de estudo. A fim de averiguar e aprofundar a realidade vivida pelas missões católicas, foram estabelecidos contactos com alguns missionários em Moçambique. Para além do testemunho destes missionários, foi também relevante a experiência da autora, que durante cinco anos colaborou no terreno com as missões católicas em Moçambique, Guiné-Bissau e Angola.

Consideramos relevante alertar o leitor para o facto de prevalecer uma óptica sociológica na análise do nosso objecto de estudo.

O trabalho que se segue encontra-se dividido essencialmente em duas partes: a primeira, constituída pelos capítulos II e III, de uma índole mais teórica, permite-nos obter um maior enquadramento do objecto de estudo em diferentes áreas, nomeadamente histórica, política, cultural e económica; na segunda parte, composta pelo capítulo IV, debruçamo-nos sobre o tipo de intervenções e práticas metodológicas da Companhia de Jesus, uma das ordens da Igreja Católica mais activas na missão dos PVD.

No segundo capítulo é efectuado um enquadramento teórico, onde serão aprofundados alguns conceitos que se inserem na problemática do desenvolvimento, bem como a evolução sofrida pelo próprio conceito de *Desenvolvimento*. Será ainda apresentado o quadro conceptual de Friedmann (1996), utilizado para a interpretação do nosso objecto de estudo, contextualizando e identificando qual será o papel da Igreja Católica na cooperação para o desenvolvimento.

A fim de favorecer uma maior compreensão sobre o tema desta dissertação, será ainda focada a questão da Teologia da Libertação, de forma a enriquecer e reforçar a percepção das ideologias partilhadas pelo Concílio Vaticano II.

No terceiro capítulo procuraremos posicionar o nosso objecto de estudo num contexto histórico, económico e político. Após uma breve retrospectiva histórica sobre os momentos mais controversos vividos pelo governo português e o Estado moçambicano, procederemos à análise do impacto das Políticas de Ajustamento Estrutural, enfatizando as consequências das mesmas sobre o processo de desenvolvimento de Moçambique; bem como o posicionamento da Igreja Católica no âmbito da cooperação para o desenvolvimento.

De seguida passaremos à análise da intervenção da Igreja Católica no processo de desenvolvimento em Moçambique, a partir do estudo de caso dos jesuítas. Iniciaremos este capítulo com uma pequena reflexão acerca do recente diálogo inter-religioso promovido por diversas religiões e agências internacionais que trabalham em prol do desenvolvimento. Sucedendo-se uma análise em que procuraremos fazer uma leitura do nosso objecto de estudo à luz do quadro conceptual de Friedmann, expondo o tipo de relações que a Igreja Católica estabelece com vários domínios e poderes da prática social.

No decorrer da análise das práticas dos jesuítas em Moçambique, iremos aprofundar as suas metodologias, motivações, objectivos, procurando dar respostas às nossas questões iniciais.

Por último, finalizaremos esta dissertação com a enunciação das principais linhas de força apresentadas durante a nossa exposição.

## II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

---

### 2.1 A Problemática do Desenvolvimento

A problemática do desenvolvimento é sem dúvida uma das questões mais controversas nos dias que correm. A ambiguidade, diversidade, versatilidade e transversalidade da aplicação do conceito Desenvolvimento em diferentes contextos, propicia a ocorrência de controvérsias, permitindo-lhe alcançar uma pluralidade de significados no âmbito das Ciências Sociais. Para alguns autores<sup>1</sup>, o processo de desenvolvimento não é um processo autónomo, independente, visto que decorre de muitos outros fenómenos, “*tomados arbitrariamente como um todo.*”<sup>2</sup> Esta perspectiva remete-nos ainda para o campo da ideologia, alegando que o desenvolvimento é produto da ideologia, mais do que da ciência. Assim sendo, “*conclui-se (...) que o desenvolvimento surge como uma «construção mental», uma laboração teórica e complexa, convertida em «ideia – força».*”<sup>3</sup>

Esta construção mental convertida em ideia–força, não está porém, isenta de preconceitos «*embebidos*» por um complexo de superioridade de determinadas culturas. No seguimento deste pressuposto, Elikia M’Bokolo (2003) adverte-nos para a crucial influência do **difusionismo** que se apoia “*(...) na tese radical de acordo com a qual a «civilização» foi introduzida em África do exterior, consistindo o génio dos africanos, para aqueles que lhes reconhecem algum, em adaptar estas contribuições exteriores ao seu meio ambiente e às suas particularidades. Este exterior é, como não podia deixar de ser, a Europa,*

---

<sup>1</sup> Inácio Rebelo de Andrade do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora.

<sup>2</sup> ANDRADE, Inácio Rebelo de, “Algumas reflexões sobre o conceito de desenvolvimento” in Venâncio, José Carlos, O Desafio Africano, Edições Vega e Universidade da Beira Interior, Lisboa, 1997, pág. 176.

<sup>3</sup> Idem, pág. 177

*assim como todas as áreas culturais e todos os Estados que desenvolveram, de acordo com estes autores, «civilizações superiores» (...).<sup>4</sup>* Deste modo, a tese do difusionismo difundiu-se em todas as esferas da sociedade, nomeadamente através do conceito de desenvolvimento. Este conceito foi portanto evoluindo, e adquiriu ao longo dos anos, novas dimensões. Não obstante, gostaríamos de frisar que a utilização deste conceito deve ser sempre contextualizada, na medida em que a sua construção parte de uma realidade concreta, e portanto, este que não deve ser imposto arbitrariamente. Com isso pretendemos alertar para o facto dos modelos de desenvolvimento ocidentais serem tendencialmente inculcados ao resto do mundo.

François Perroux (1967) traz-nos o conceito de “Novo Desenvolvimento” que pretende uma ruptura com a corrente industrialista, pondo em causa mecanismos neo-liberais e dando preferência à intervenção pública para a alocação de bens e serviços. Segundo o autor, “...o desenvolvimento é a combinação das transformações de ordem mental e social duma população que lhe possibilitam o aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global.”<sup>5</sup>

Numa óptica ecológica, Ignacy Sachs (1980) apresenta-nos o conceito de “Ecodesenvolvimento”, cujo objectivo é a valorização dos recursos de cada ecossistema para a satisfação das necessidades básicas. Com base nesta concepção podemos identificar três dimensões: 1) Satisfação das necessidades básicas; 2) Constituição de um conjunto integrado e 3) Emergência de um processo político autónomo e projecto de desenvolvimento nacional que vá ao encontro dos valores e princípios da sociedade.

Não menos interessante é a perspectiva de Amartya Sen (1999) que estabelece uma relação entre Desenvolvimento e Liberdade. Segundo o autor o Desenvolvimento é uma expansão de liberdades substantivas, é “um processo de alargamento das liberdades

---

<sup>4</sup> M'BOKOLO, Elikia, “África Negra – História e Civilizações”, Tomo I, até século XVIII, Edições Vulgata, Lisboa, 2003, pág. 52.

reais de que uma pessoa goza”<sup>6</sup>; reporta-nos para um desenvolvimento mais alargado, que não se restringe ao crescimento económico, ao progresso tecnológico ou ao grau de industrialização de uma determinada sociedade. A liberdade surge como fim principal do desenvolvimento, que é alcançado através da difusão de dispositivos sociais, económicos, políticos, culturais, éticos, etc. O desenvolvimento surge como um processo transformador e libertador, que vai para além do progresso financeiro e material.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000) define o conceito de desenvolvimento como sendo um meio e um fim em si mesmo. “*O Desenvolvimento é o processo de alargamento das escolhas das pessoas, através da expansão das funções e capacidades humanas. (...) Representa um processo, bem como um fim.*”<sup>7</sup> Joseph Stiglitz (2001) ratifica esta definição justificando que o processo de desenvolvimento é equiparado ao processo de transformação dos vários sistemas da sociedade. Este devir é inerente a qualquer sociedade, e aparece aqui como um meio. O desenvolvimento é também um fim, ou seja, um objectivo que qualquer sociedade pretende alcançar, visto que este aumenta o grau de autonomia dos países, bem como a qualidade de vida das populações.

Procedendo agora à contextualização histórica deste conceito, é no final da II Guerra Mundial e com a implementação do Plano Marshall, que as questões do desenvolvimento vão ganhar uma nova perspectiva. “(...) La fin des années quarante et les années cinquante sont devenues la période de création de la “nouvelle” économie du développement, qui s’est concentrée sur les problèmes de développement des pays

---

<sup>5</sup> PERROUX, François, “A Economia do Século XX”, Livraria Morais Editora, Lisboa, 1967, pág. 179.

<sup>6</sup> SEN, Amartya, “O Desenvolvimento como liberdade”, Gradiva, Lisboa, 2003, pág. 19.

<sup>7</sup> PNUD (2000): pág. 17.

d'Asie, d'Afrique et d'Amérique Latine”<sup>8</sup>. Vão irromper vários modelos de desenvolvimento numa tentativa de dar forma a novas políticas de desenvolvimento nos países em desenvolvimento (PVDs).

Quando analisamos a história económica após a independência de vários países africanos emergem três teorias de desenvolvimento dominante:

**1. Teoria da Modernização (1950-1960)** considera que as dificuldades que as nações subsaarianas enfrentam se deve ao facto das suas economias não serem modernas. Esta teoria baseia-se numa dicotomia entre estruturas tradicionais e modernas. As estratégias de desenvolvimento assentam em dois principais vectores: substituição de importações e protecção do Estado.

**2. Teoria de Dependência (1970)** considera que a razão principal para o subdesenvolvimento em África se deve à existência de uma relação de dependência entre países colonizadores e colonizados. Os países do norte enriqueceram através dos recursos do Sul, sendo, portanto o subdesenvolvimento do Sul, o resultado das estruturas do mercado internacional. Esta teoria sustenta que para alterar esta situação deve haver uma alteração radical das relações entre as nações no sistema económico internacional. A década de 70 é marcada pelas teorias neo-keynesianas, cujo princípio básico era equivalência entre crescimento e desenvolvimento. Esta questão foi mais tarde ultrapassada face ao confronto de um fracasso evidente desta analogia.

**3. Teoria do Liberalismo (1980)** preconizada pelos neo-clássicos, postula que o crescimento depende da abertura ao exterior, que a alocação dos recursos é optima num mercado concorrencial submetido ao mercado mundial, prevalecendo o paradigma da racionalidade dos agentes actuando em economias privatizadas e liberalizadas. Assim, nos anos 80, é no contexto em que a regulação pelo Estado se sucede à regulação pelos

---

<sup>8</sup> Meier, Gerald M., “La Période de Formation” in Les Pionniers du Développement, Edition Economica, Paris, 1988, pág. 3.

preços estabelecidos pelo equilíbrio dos mercados eficientes, que surge a intervenção das instituições Bretton Woods (Banco Mundial e FMI), que impõem os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) aos países que pretendem obter apoio financeiro. Os PAE têm por objectivo restaurar o equilíbrio das economias deficitárias, dirigindo a sua actuação ao nível macro-económico. É crucial enfatizar, que o ajustamento proposto por estes programas é identificado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como sendo uma etapa fundamental para alcançar o desenvolvimento, que constitui o principal objectivo. Visto considerarmos o impacto destes programas importantes na exposição da temática que nos propomos aprofundar, serão abordados posteriormente no ponto 2.2.1 as consequências dos PAE em Moçambique.

Consideramos que nos anos 90 se deu viragem na tentativa de corrigir erros passados, dando lugar a novas metodologias que se baseiam num **Modelo de Desenvolvimento Alternativo** cujo centro são as pessoas. Um dos autores de referência deste modelo é John Friedmann (1996) que constrói um quadro teórico explícito que se afasta das doutrinas neo-clássicas e keynesianas. Alerta-nos para as dimensões política e social do desenvolvimento alternativo enfatizando o conceito de **Empowerment**. Considera a abordagem do empowerment fulcral para um desenvolvimento alternativo, uma vez que as questões de autonomia, democracia, participação, aprendizagem, etc. constituem a base para o progresso deste desenvolvimento. Empowerment significa capacitação de populações de forma a adquirirem autonomia e poder de decisão, a fim de melhorarem a qualidade das condições de vida e deste modo alcançar um maior nível de desenvolvimento, que se traduz por uma maior participação nas actividades políticas e sociais, uma maior organização, democracia e respeito pelos direitos humanos.

Deste modo, sobressai uma característica importante do desenvolvimento alternativo – a mobilidade da sociedade civil. Esta característica é relevante na medida



em nos permite concluir que a sociedade civil a partir das suas comunidades de base *procura transformar o poder político em poder social*. A fim de enriquecer a perspectiva de Friedmann, julgamos pertinente considerar a definição de *Campo* recriada por Pierre Bourdieu (1992). O *campo* é um dos conceitos centrais da obra do autor e é utilizado num sentido muito preciso e técnico. Em termos analíticos, Bourdieu define um campo como uma “*rede ou uma configuração de relações objectivas entre posições. Estas posições são definidas objectivamente na sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação (situs) actual e potencial na estrutura da distribuição dos diferentes tipos de poder (ou de capital), cuja posse condiciona o acesso aos proveitos específicos que se encontram no campo e, ao mesmo tempo, pelas suas relações objectivas relativamente às outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc).*”<sup>9</sup> Não se trata portanto de um campo inerte e passivo, pelo contrário, existe uma dinâmica que nos permite afirmar que se trata de um campo de luta pela conservação ou pela transformação da configuração das forças e dos poderes. Este conceito bourdiano permite-nos fazer uma leitura sobre a forma como interagem os diferentes poderes no tecido social, constituindo uma mais valia para o presente trabalho.

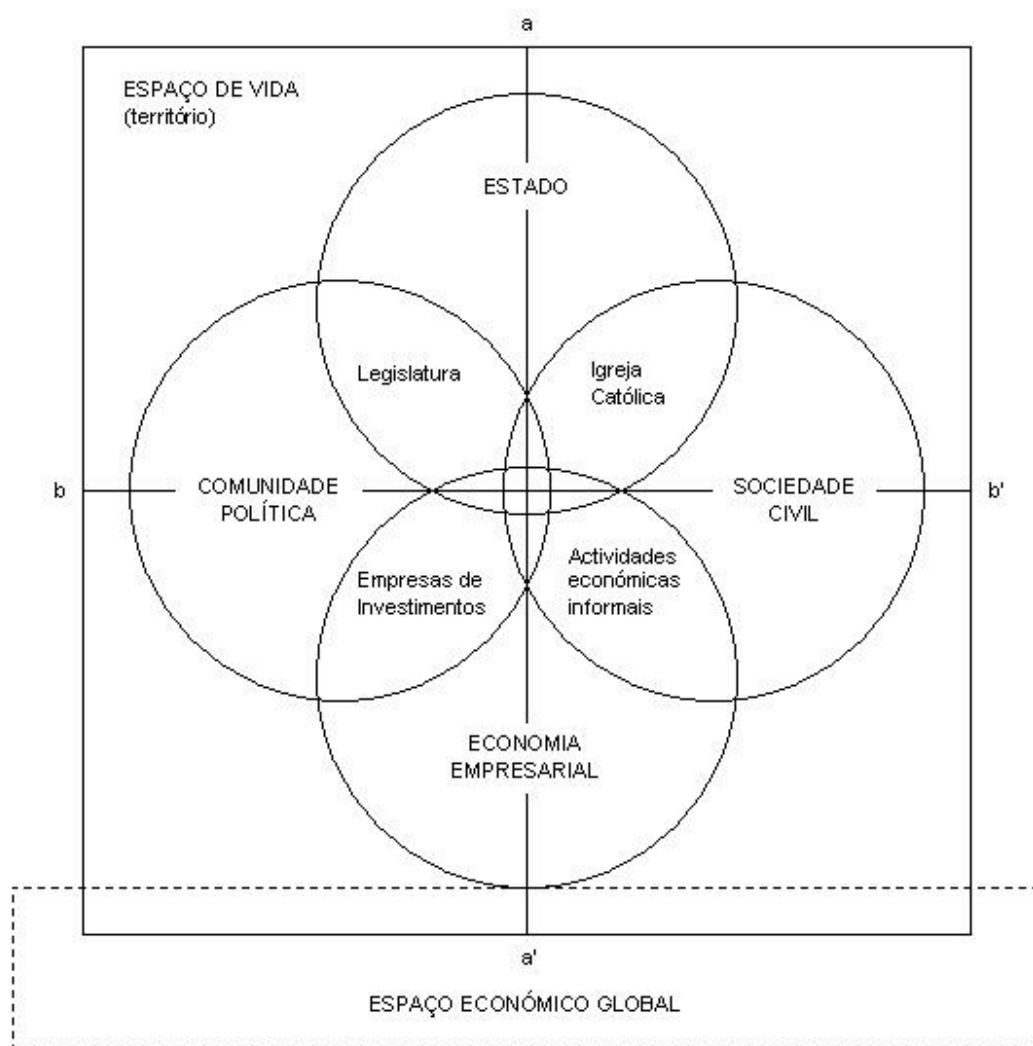
Neste sentido pensamos que será ainda interessante atender ao quadro conceptual de Friedmann, para uma maior compreensão do objecto de estudo<sup>10</sup> que nos propomos aprofundar nesta dissertação. Este autor admite a existência de quatro domínios da prática social que interagem e se formalizam através das suas diversas instituições: o Estado, a sociedade civil, a economia empresarial e a comunidade política. Cada um destes domínios é representado por um determinado poder – poder estatal, social, económico e político. Estes poderes entram em interacção criando áreas

---

<sup>9</sup> Bourdieu, Pierre e Wacquant, Loïc J. D., “Réponses”, Editions du Seuil, Paris, 1992, pp. 72 e 73 – Tradução nossa.

de conflito de interesse. O diagrama que se segue ilustra a interacção entre os diferentes domínios e permite-nos compreender e interpretar o tipo de conflitos que entre eles se geram, bem como medir a importância do poder de cada um deles.

**FIGURA 1 – Os quatro domínios da prática social**



ESTADO: poder estatal; ramo executivo e judicial

SOCIEDADE CIVIL: poder social; pessoas naturais, unidades domésticas e associações civis (o domínio da cultura e das estruturas sociais)

ECONOMIA EMPRESARIAL: poder económico; empresas e instituições financeiras (p.ex.: pessoas jurídicas)

COMUNIDADE POLÍTICA: poder político; movimentos sociais e organizações políticas

**Fonte:** Friedmann, John (1996), pág. 29

<sup>10</sup> O Papel da Igreja Católica no Processo de Desenvolvimento em Moçambique

Friedmann alerta-nos para o facto do diagrama permitir compreender os conflitos em comunidades territoriais, mas também traçar “*um mapa do espaço socio-político que nos permite localizar instituições específicas como as leis (entre Estado e Comunidade Política) ou a Igreja Católica (...) (entre Estado e Sociedade Civil).*”<sup>11</sup>

Observando os quatro domínios da prática social representados no diagrama constatamos que a instituição Igreja Católica partilha um espaço entre a Sociedade Civil e o Estado. A análise da utilização deste espaço enquanto campo de poderes e de conflitos que daí brotam, parece-nos bastante pertinente, constituindo um instrumento de interpretação do nosso objecto de estudo. Com efeito o Estado Novo português foi palco de uma intensa interdependência entre a instituição Estado e a instituição Igreja Católica, constituindo a Concordata celebrada entre ambos, a elevação a um patamar de oficialização dessa simbiose. Há portanto uma dinâmica de integração da Igreja Católica na orgânica do próprio Estado. Conforme nos revela um estudo<sup>12</sup> desenvolvido por Michel Cahen (1998), a expansão deste tipo de relação às ex-colónias, nomeadamente em Moçambique, teve por objectivo o reforço político e económico do Estado português, tratando-se por conseguinte de uma função instrumental da integração administrativa portuguesa. É neste sentido que pensamos que esta análise teórica de Friedmann nos fornecerá pistas interessantes de reflexão sobre o nosso objecto: O Papel da Igreja Católica no processo de Desenvolvimento.

De forma complementar, consideramos o conceito de **Capability Approach** de Amartya Sen (1999) um contributo essencial para a análise que nos propomos fazer. De acordo com Sabina Alkire (2003), o paradigma Capability Approach é fundamentado em duas proposições normativas que passamos a citar: a 1ª sustenta que “*os acordos*

---

<sup>11</sup> FRIEDMANN, John, “Empowerment – Uma Política de Desenvolvimento Alternativo”, Celta, Oeiras, 1996, pag. 30.

<sup>12</sup> “L’État Nouveau et la Diversification Religieuse au Mozambique”, CESA, Doc. de Trabalho nº49, Lisboa, 1998.

*sociais deveriam ser avaliados de acordo com a amplitude de liberdade que as pessoas têm para promover ou alcançar funções que elas valorizam”.*<sup>13</sup> A 2ª centra-se no conceito de “espaço” no qual se insere a justiça. Amartya Sen reconhece que a maioria das teorias sobre a justiça defende a igualdade em qualquer espaço. Logo, se a igualdade nos acordos sociais deve ser exigida em qualquer espaço, então também é exigido num espaço de “capabilities”, ou seja, um espaço onde todas as pessoas estejam *capacitadas* para desfrutar de um conjunto de capacidades iguais. Conclui-se que a ideia fulcral é a necessidade de expansão das capacidades de cada ser humano, isto é, a capacidade de ser e fazer. Assim sendo, a **capacidade** segundo A. Sen é a combinação de várias funções (ser e fazer) que cada pessoa pode alcançar. É um conjunto de vectores de funções que reflectem a liberdade de escolha das diferentes formas de vida. A capacitação envolve impreterivelmente os dois conceitos: funções (ser e fazer) e liberdade. Por conseguinte, as funções são parte integrante do ser humano, mas alcançam uma maior plenitude num contexto de liberdade.

Contudo, não menos interessante para o tratamento do nosso objecto, nos parece também a perspectiva de Ronald Kassimir (1998) que se debruça sobre o poder social da sociedade civil e da Igreja Católica corroborando as afirmações de M. Foley e B. Edwards (1996), e considera que a função de socialização destas instituições é necessária para a mobilização das várias práticas sociais. Entendemos com isso que as práticas e normas sociais, bem como o processo de empowerment transformam os agentes sociais e os seus interesses, afectando a natureza e a direcção da mobilização social. Neste sentido, o desenvolvimento e a forma como é alcançado, é uma das

---

<sup>13</sup> ALKIRE, Sabina, “3rd Conference on the Capability Approach: From Sustainable Development to Sustainable freedom”, University of Harvard ([www.fas.harvard.edu/~freedom/](http://www.fas.harvard.edu/~freedom/)), pág. 2.

preocupações da Igreja Católica que interage nos diferentes domínios da prática social identificada por Friedmann.

Para o autor clássico Karl Marx (1976), as relações materiais dos homens são a base de todas as relações. *“A soma total das relações de produção constitui a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura legal e política e a que correspondem formas definidas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona de forma geral o processo da vida social, política e intelectual.”*<sup>14</sup> Todo o trabalho desenvolvido por Marx, teve como principal objectivo identificar as razões e os mecanismos da mudança social. É interessante para o presente trabalho, destacar que segundo a teoria marxista, o Estado surge como um produto da sociedade, cuja função é moderar o conflito existente na sociedade, sendo-lhe por isso atribuído um poder. Com efeito, numa determinada fase do seu desenvolvimento, as forças materiais de produção entram em conflito com as relações de produção existentes.

Max Weber (1981) coloca uma interrogação histórica que pode igualmente contribuir para o tratamento e análise do nosso objecto de estudo: *“por que razão as regiões de maior desenvolvimento económico foram, ao mesmo tempo, particularmente favoráveis a uma revolução na Igreja?”*<sup>15</sup> Esta questão é colocada num contexto (finais do séc. XIX, princípio do séc. XX) em que Weber procura averiguar porquê que os maiores proprietários de capital, técnicos qualificados e especializados tendem a ser preponderantemente protestantes. Na sua obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Weber, através do cruzamento de diversas variáveis, deduz entre outras coisas, que há uma influência espiritual e mental adquiridas *“pelo tipo de educação propiciada pela atmosfera religiosa do lar e da família, que determinam a escolha da*

---

<sup>14</sup> MARX, Karl, “Sociedade e Mudanças Sociais”, Edições 70, Lisboa, 1976, pág. 66.

<sup>15</sup> WEBER, Max, “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Editora Universidade de Brasília, S.Paulo, 1981, pág. 20.

*ocupação, e, através dela, da carreira profissional.”*<sup>16</sup> O que manifestamente nos leva a deduzir que as diversas religiões, através das suas igrejas, exercem diferentes tipos de controlo sobre a vida quotidiana das pessoas e das sociedades, e por conseguinte, também influenciam o desenvolvimento destas sociedades.

---

<sup>16</sup> Idem, pág. 22.

## 2.2 O Papel da Igreja Católica na Cooperação para o Desenvolvimento

Parece unânime a ideia de que a **Cooperação** é uma forma de interacção entre indivíduos/instituições, que lhes permite alcançar objectivos comuns, havendo igualmente nesta interacção uma partilha de recursos. Deste modo, a **Cooperação para o Desenvolvimento** é por nós aqui entendida como um processo onde cada agente interveniente tem interesses, motivações, estratégias e objectivos próprios.

O estudo da Cooperação para o Desenvolvimento pressupõe uma combinação de diversas análises, que implicam a utilização de diversos instrumentos metodológicos: analítico, histórico e empírico. Lauri Siitonen (1990) considera dois factores importantes a ter em atenção na análise da cooperação para o desenvolvimento: 1º devem ser identificados os actores que nela participam e determinar o critério de cooperação existente entre eles; 2º deve-se ter em consideração a estrutura do meio ou dos factores externos que afectam as condições de cooperação.

Seguindo esta ordem de ideias, é crucial referir que a cooperação não está isenta de conflitos. Contrariamente ao sentido que esta palavra nos transmite (colaboração e entreajuda) a cooperação para o desenvolvimento envolve muitas vezes constrangimentos de poderes e forças entre os parceiros. Fundamentando esta afirmação, J. Degnbol-Martinussen e P. Engberg-Pedersen (2003) comentam “*Today, there is a widespread tendency to obscure the actual power relationship by using words and formulations that make it appear that foreign aid comprises collaboration between equal partners.*”<sup>17</sup> Os autores consideram serem quatro as principais motivações que induzem à cooperação e assistência ao desenvolvimento. Embora constatem que as motivações humanitárias e morais sejam muitas vezes apontadas oficialmente como as mais

---

<sup>17</sup> Degnbol-Martinussen, John e Engberg-Pedersen, Poul, “AID – Understanding International Development Cooperation”, Zed Books, New York, 2003, pág. 1.

importantes, prevalecem na maioria das vezes os interesses económicos e a segurança nacional.

Também os aspectos relacionados com a equidade e igualdade quer a nível dos deveres, quer a nível dos direitos numa parceria, onde se pretende desenvolver um processo de cooperação para o desenvolvimento, são fundamentais, visto que constituem a base para a concretização do trabalho de parceria. A emergência de novas regras de cooperação parece ser preeminente nos dias que correm, de forma a garantir parcerias mais igualitárias capazes de garantir uma maior sustentabilidade às relações de cooperação sejam elas bilaterais ou multilaterais.

Como desenvolve a Igreja Católica as suas parcerias na cooperação para o desenvolvimento? Qual a sua principal motivação? Haverá outros interesses e motivações latentes? São algumas das perguntas que nos colocamos e que nos propomos esclarecer.

Há vários séculos que a Igreja Católica se tem destacado através do seu trabalho missionário junto dos países em vias de desenvolvimento (PVD). Por detrás da doutrina social da Igreja, há quem reconheça esta instituição como um dos principais agentes/parceiros da cooperação para o desenvolvimento com os países mais pobres. Sempre presente até mesmo nos tempos mais difíceis, a Igreja desempenha funções importantes na resolução dos problemas locais incidindo nas áreas da saúde e educação muitas vezes através de instituições que ela própria gere (ver quadro I e II em anexo).

Molefe Tsele (2001), director Executivo do ESSET na África do Sul, faz referência à legitimidade da Igreja em ser considerada um dos principais actores do desenvolvimento, porém realça que ela deve dar um contributo distinto, que se diferencia das outras organizações que trabalham para o desenvolvimento. *“As we seek to strengthen our legitimacy in this domain, we have an obligation to demonstrate that the*



*church brings something substantive, and that our commitment is driven by different motives. Other wise, why not simply hand over the work to international development agencies and concentrate our attention on church growth?”*<sup>18</sup> Na perspectiva do autor, o contributo da Igreja centra-se na esfera humana. Com efeito, os motivos que levam a Igreja a trabalhar para o desenvolvimento centram-se essencialmente nas questões da humanidade e da fé, numa dimensão mais espiritual. Também Julius Oladipo (2001), director da Christian Organisation Research and Advisory Trust (CORAT) reconhece a legitimidade da Igreja no processo de desenvolvimento, identificando-a como um agente activo e significativo para o desenvolvimento. J. Olidipo considera ainda a Igreja um actor privilegiado no desenvolvimento, visto que ocupa uma posição ideal e estratégica na luta contra a pobreza. Presente quer em zonas urbanas, quer rurais, esta instituição penetra nas localidades mais isoladas, sendo muitas vezes a única presença institucional de apoio, o que lhe permite dar uma maior sustentabilidade e coerência às suas actividades. Os seus conhecimentos sobre a realidade local dos PVDs são também muito mais profundos, na medida em que cohabita diariamente com as necessidades das populações, o que por sua vez lhe confere um reconhecimento social do seu trabalho junto das populações, exercendo uma maior influência sobre elas no que respeita à mobilização e participação.

A Igreja é uma instituição não partidária, uma vez que tem por princípio acolher todos os membros da sociedade, independentemente da sua condição social, económica, política ou cultural. É uma instituição que faz parte de uma estrutura institucional global estável, com uma vastíssima rede de contactos e conhecimentos à escala mundial, consolidada por valores e princípios firmemente defendidos pelos seus promotores. A regularidade e previsibilidade do seu sistema permite-lhe gozar de uma credibilidade

---

<sup>18</sup> TSELE, Molefe, “The role of the Christian Faith in Development”, in *Faith in Development*, Edited by World Bank and Regnum Books International, Oxford, 2001, pág. 209.

internacional bastante apreciada pelos seus parceiros na cooperação para o desenvolvimento, pois oferece aos envolvidos uma maior segurança na concretização dos projectos. A abordagem multi-dimensional disseminada pela Igreja sobre a realidade onde actua, exigiu que reconhecesse, ou até mesmo que formasse, profissionais especializados para actuar em determinadas áreas de intervenção, mantendo porém a cultura do voluntariado na qual é pioneira. Todos os anos partem voluntários, muitos deles com uma formação especializada, para trabalhar em projectos de desenvolvimento promovidos pelas missões católicas transnacionais. A sua estrutura permite-lhe acolher voluntários ou parceiros que cooperam e participam nos trabalhos de desenvolvimento local. Deste modo são várias as áreas onde a Igreja Católica intervém ou poderia potencialmente intervir, visto que dispõe de mecanismos e que a sua integração no seio das comunidades lhe permite sensibilizar as populações para a resolução de diversos problemas de desenvolvimento.

O seu papel na cooperação para o desenvolvimento passa também por uma intervenção junto das populações de forma a criar uma consciencialização sobre os princípios éticos e humanos. “*Awareness creation is a necessary activity and is one of the areas in which the church is roundly competent*”.<sup>19</sup> A Igreja pode por exemplo aumentar a consciência política dos líderes apoiando a sua formação, através da realização de workshops e foruns onde possam ser discutidos princípios e procedimentos para uma boa governação e implementação de uma democracia. Sendo obviamente esta formação e informação expandida às comunidades evitando qualquer tipo de segregação e promovendo a coesão social, que é uma das questões mais polémicas nos países africanos, tratando-se pois, de um elemento fundamental para o desenvolvimento.

---

<sup>19</sup> OLADIPO, Julius, “The role of the Church in Poverty Alleviation in Africa”, in *Faith in Development*, Edited by World Bank and Regnum Books International, Oxford, 2001, pág. 229.

Ronald Kassimir (1998) assevera que existe uma relação entre sociedade civil e democracia, da qual a Igreja faz parte. É reconhecida a importância da Igreja na democratização africana, através da sua participação nas reformas políticas. Porém, o autor vai mais longe questionando-se sobre o tipo de socialização e mobilização que a Igreja Católica é capaz de desenvolver enquanto prática da sociedade civil, e por conseguinte contribuir para o desenvolvimento dos PVD. Kassimir deixa-nos a ideia de que para descobrir quais são as capacidades das organizações na resolução dos problemas, na promoção da democracia e do desenvolvimento, etc, é fundamental perceber como actuam em sua defesa enquanto instituição. A Igreja está vocacionalmente preparada para a defesa de causas, mas será que actua da mesma forma na sua defesa interna?

Jozef D. Zalot (2002) apresenta-nos uma visão mais pessimista relativamente à intervenção da Igreja nos PVDs. Reporta-se ao período colonial referindo-se à superioridade com que os missionários interagiam com as sociedades africanas, põe por isso em causa a missão dos religiosos católicos e pretende demonstrar numa das suas obras de que forma os efeitos desta missão continuam a perseguir a Igreja africana mesmo nos dias que correm. Segundo o autor, a primeira abordagem da Igreja Católica na África Subsaariana foi extremamente preconceituosa, decretando a cultura Africana como inferior. *“In speaking of the Catholic Church’s colonial legacy in Sub-Saharan Africa, the primary focus is not on economics but culture. (...) when Catholic missionaries first came to the sub-continent to preach the gospel of Jesus Christ, they (...) very quickly adopted an attitude of condemnation concerning practically every aspect of traditional African culture.”*<sup>20</sup> Consequentemente, o autor admite que a presença de uma inferioridade cultural dirigida às sociedades africanas por parte dos missionários ocidentais, teve repercussões

---

<sup>20</sup> ZALOT, Joseph D., “The Roman Catholic Church and Economic Development in Sub-Saharan Africa – Voices Yet Unheard in a Listening World”, University Press of America, Boston, 2002, pág. 56.

nefastas nas restantes esferas do tecido social africano (educação, economia, política, etc). Curiosamente considera que existe um sincretismo na Igreja Católica Africana que se traduz por uma cohabitação de duas práticas religiosas e crenças, neste caso a religião católica e a religião tradicional praticadas por uma determinada população, não se tratando portanto de um processo de aculturação.

Jean-Marc Éla (1980) alerta-nos para uma questão bastante pertinente: tendo a Igreja Católica Africana sido fundada por brancos ocidentais, e continuando actualmente a ser geridas na maioria das vezes por ocidentais, que relevância pode a Igreja Católica ter sobre a vida quotidiana dos africanos? Este teólogo argumenta que a realidade do pós-independência em África trouxe profundos desafios à Igreja, forçando-a a redefinir-se perante as dificuldades socio-económicas enfrentadas pelo povo africano. Esta redefinição/reformulação baseia-se numa passagem de um plano teórico (evangelização) para um plano prático (acção). Fundamentando este pensamento, Laurenti Magesa (1993) afirma que para que haja uma verdadeira evangelização, a Igreja deve privilegiar as acções práticas, porque somente actuando e participando diariamente junto das populações, será possível uma verdadeira evangelização. Este teólogo realça o facto de que a evangelização não pode permanecer num plano teórico, caso contrário nunca poderá criar raízes nas comunidades, impossibilitando a edificação de uma Igreja Católica africana.

Deste modo, o Bispo Peter Sarpong acredita que o contributo a Igreja Católica no processo de desenvolvimento na África Subsaariana passa por uma teologia com duas novas vertentes: a) uma teologia baseada na realidade africana, que vá ao encontro da espiritualidade de cada africano; b) uma teologia que vá ao encontro das condições existenciais do povo africano, ou seja, a Igreja Católica deve demonstrar de que forma a sua teologia está relacionada com as condições de vida das populações e como é que ela

os pode ajudar a superar as dificuldades quotidianas. Drasticamente, Peter Sarpong considera que caso a função religiosa da Igreja não venha a contribuir para o melhoramento das condições de vida das populações africanas, a sua influência e credibilidade acabarão por desaparecer.

## 2.3 Teologia da Libertação

É nos anos 60 que a Teologia da Libertação adquire um maior destaque, quando o Concílio Vaticano II (1962-65) fornece uma nova base teórica para a prática de uma teologia de progresso, virada para as grandes preocupações da humanidade. Este período coincide com a denuncia da origem dos problemas socio-económicos dos PVDs e crítica aos modelos de desenvolvimento apresentados na época. Este movimento ideológico teve por objectivo alertar a comunidade internacional para as injustiças sociais, bem como encontrar soluções para os problemas do subdesenvolvimento. Na sua génese, a Teologia da Libertação procura construir uma reflexão sobre as leituras do Evangelho e a sua respectiva interpretação relativamente ao papel da Igreja enquanto instituição de apoio aos marginalizados e excluídos. A Teologia da Libertação atribui à Igreja uma função de representante daqueles que não se fazem ouvir, a quem não são reconhecidos direitos e que se sentem excluídos da sociedade civil. Esta função é em parte cumprida através da evangelização, cujo objectivo é alcançar a libertação dos pobres e oprimidos, mas também através da acção, isto é, da luta contra a pobreza. A Teologia da Libertação é distinta da Doutrina Social da Igreja que define as grandes linhas orientadoras para a acção social dos seus seguidores. Acabam porém por se complementar, na medida em que a Teologia da Libertação acaba por integrar e explicitar estas linhas orientadoras para os problemas do desenvolvimento dos PVDs.

De acordo com Leonardo Boff e Clodovis Boff (1998), a elaboração da Teologia da Libertação compreende três momentos essenciais: 1º **Mediação Sócio-Analítica** que consiste primeiramente na identificação das causas que levam à opressão de determinados grupos de pessoas e nas diversas explicações sobre a pobreza socio-económica. Depois visa uma abordagem da mediação histórica em que se procura uma

contextualização histórica da situação de pobreza e do tipo de luta e resistência desenvolvido pelo pobre, bem como a acção de opressão para com os mesmos. É de destacar que a Teologia da Libertação faz apelo à Teoria Marxista, utilizando-a como instrumento de leitura da realidade social, nomeadamente através da importação de conceitos, como por exemplo o de luta de classes. Neste primeiro momento procura-se igualmente alargar o conceito de pobreza, extravasando o aspecto socio-económico. 2º **Mediação Hermenêutica** é identificada como um momento da construção teológica, onde se realiza uma análise do processo de opressão e de libertação à luz da fé. A mediação hermenêutica consiste portanto na análise dos textos bíblicos de forma a encontrar um novo sentido aos conteúdos, em função da actualidade, visando a mudança. Esta mudança pretende ser positiva, ou seja, trata-se de uma mudança social das condições de vida dos mais pobres, mas também dos seus responsáveis. Finalmente o 3º momento é a **Mediação Prática** que como o nome indica nos remete para a acção. A Teologia da Libertação age e incita à acção – à acção pela justiça, pela paz, pela conversão, pela renovação da Igreja e transformação da sociedade - mesmo que isso implique enfrentar outros poderes da prática social.

Na América Latina este movimento foi bastante importante, pois deu origem à criação de muitos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos. Criou uma maior consciencialização sobre os problemas do desenvolvimento, injustiças sociais e alertou para a má distribuição das riquezas.

Segundo Engelbert Mveng (1988), o modelo de Teologia da Libertação latino-americano diferencia-se do africano num aspecto muito preciso. Enquanto a Teologia da libertação latino-americana se preocupa essencialmente com a libertação do povo dos efeitos nefastos da pobreza material e da estrutura opressiva da sociedade, direccionando a sua atenção sobre o capitalismo ocidental, a Teologia da Libertação

Africana tem como principal preocupação a libertação de cada ser humano no sentido antropológico, enfatizando os aspectos culturais e espirituais da humanidade, para além dos socio-económicos e políticos. O autor defende ainda a ideia de que o movimento da Teologia da Libertação surge no final do século XIX na África Subsaariana, contrariando assim a ideia da sua génese na América Latina.

Acreditamos que existem diferentes movimentos de Teologia da Libertação que variam consoante o contexto histórico e as fontes ideológicas que os inspiram. Deste modo, a Teologia da Libertação que encontramos em África não pode ser compreendida fora do contexto colonial, nem da situação social, económica, cultural e política que atravessou este continente.

É interessante perceber qual a relação existente entre a Teologia da Libertação e as questões do Desenvolvimento em África. O principal objectivo da Teologia da Libertação africana é o fim da exploração e opressão dos indivíduos e de todas as componentes da estrutura societal, o que consequentemente nos reporta, mais uma vez, para a preeminência da liberdade humana para o alcance do desenvolvimento. Atribuímos assim, de acordo com Amartya Sen (2003), uma função instrumental à liberdade. *“O papel instrumental da liberdade diz respeito ao modo como os diferentes tipos de direitos, oportunidades e habilitações contribuem para o alargamento da liberdade humana em geral, promovendo, assim, o desenvolvimento.”*<sup>21</sup> Para este autor existem cinco tipos de liberdade instrumental que se complementam mutuamente: 1) liberdades políticas que consistem na liberdade de expressão, de decisão e de escolha de cada cidadão num contexto democrático, dando-lhe a possibilidade de exercer os seus direitos cívicos, 2) dispositivos económicos que nos remetem para as oportunidades de utilização de recursos económicos que cada um dispõe para consumir, produzir ou trocar, 3) oportunidades sociais que são dispositivos desenvolvidos pelas sociedades no âmbito da



educação, da cultura, da segurança, da saúde, etc, a fim de melhorar as condições de vida dos indivíduos, uma vez que influenciam a sua liberdade 4) garantias de transparência são fundamentais na prevenção da corrupção e má utilização dos bens públicos, havendo necessidade de existir confiança entre os indivíduos, e 5) previdência social que permite através de dispositivos institucionais permanentes (exº subsídio de desemprego) proteger os mais vulneráveis, mantendo a sua integração e evitando o agravamento de certos problemas sociais.

A questão que nos colocamos agora é: será que estas cinco liberdades identificadas por Amartya Sen são visíveis em África?

A resposta parece-nos evidente; não. O sistema económico da maioria dos países africanos caracteriza-se por uma estrutura de dependência, que compromete o desenvolvimento. A conquista da independência por parte dos países colonizados rapidamente se revelou uma falsa e ilusória porta para a liberdade. Novos mecanismos de submissão e exploração foram accionados perante a nova realidade. O papel da Teologia da Libertação em África passa pela revelação destes mecanismos de subjugação e pela criação de um movimento de libertação capaz de fornecer instrumentos e soluções que induzam ao desenvolvimento, isto é, à liberdade e autonomia dos quatro domínios da prática social preconizados por Friedmann. Atendendo ao fenómeno da globalização actualmente presente, esta tarefa torna-se especialmente árdua. Não obstante, se a Igreja Católica quiser obter algum sucesso na sua missão libertadora, deverá ter a capacidade de sair da esfera teórica, envolver-se no quotidiano das comunidades e participar na resolução dos seus problemas, de forma a engendrar uma Teologia do Desenvolvimento.

---

<sup>21</sup> SEN, Amartya, “O Desenvolvimento como Liberdade”, Gradiva, Lisboa, 1999, pág. 51.

### III – MOÇAMBIQUE NO PERÍODO PÓS-COLONIAL: CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIO-ECONÓMICO

---

#### 3.1 Do fim do período colonial à experiência Socialista

A 7 de Setembro de 1974, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e o governo português assinam o Acordo de Lusaka, com o objectivo de negociar a independência de Moçambique. Este acontecimento surge no seguimento da Revolução do 25 de Abril de 1974 que marca o fim da ditadura Salazarista, instalando o caos nas colónias portuguesas. *“A Revolução de Abril trouxe a confusão e o caos a Moçambique. O exército e o governo civil não sabiam muito bem a função que desempenhavam ou sequer de quem recebiam ordens”*.<sup>22</sup> Com efeito, após uma década de conflitos bélicos, Portugal declara a Independência de Moçambique a 25 de Junho de 1975, sendo o poder entregue à Frelimo, após um governo de transição de nove meses, sem que se realizassem eleições.

O partido político Frelimo herda assim um país deficitário, tanto a nível de recursos humanos qualificados<sup>23</sup> como em infra-estruturas, profundamente marcado por um processo de ocupação colonial legitimado pela concertação dos interesses europeus em finais do séc. XIX (Conferência de Berlim 1884/85), e que viria a garantir a Portugal a administração dos territórios até 1974<sup>24</sup>. Embora ainda com pouca experiência, o

---

<sup>22</sup> NEWITT, Malyn, “História de Moçambique”, Publicações Europa-América, Nem-Martins, 1997, pág. 462.

<sup>23</sup> Em 1974 a Taxa de Analfabetismo em Moçambique rondava os 90%, para além de se ter verificado uma fuga de quadros após a independência.

<sup>24</sup> Ainda que a presença portuguesa em Moçambique data do início do séc. XVI, momento em que parte da costa africana foi submetido à lógica do império asiático, foi o séc. XX colonial que influenciou de forma mais profunda e durável a sociedade e economia moçambicana (Ver Tese de Doutoramento de Joana Pereira Leite)

novo governo teve inicialmente a preocupação em aprofundar os seus conhecimentos sobre a estrutura social e económica do país, a fim de implementar políticas coerentes com a realidade moçambicana. No entanto, tudo indica que a Frelimo não foi capaz de se organizar de forma eficaz numa estrutura politico-partidária verdadeiramente representativa e operante na globalidade do território.

A partir dos anos 70, a liderança moçambicana evidencia uma ideologia marxista-leninista, que somente em 1977 seria formalmente assumida. Contudo, já antes da independência a Frelimo, influenciada pelo pensamento marxista de alguns líderes africanos<sup>25</sup>, acreditava que o povo constituía uma força revolucionária, representada essencialmente pela classe camponesa. Porém, a longo prazo este desejo de aproximação ao povo moçambicano foi-se diluindo, verificando-se uma crescente concentração do poder na zona sul do país, onde se aglomerava grande parte da classe burguesa e política moçambicana.

Alguns estudiosos<sup>26</sup> questionam-se acerca do significado do termo *Poder Popular* enquanto princípio da organização política do socialismo. Entendem, que este termo deve ser enquadrado num contexto de profunda transformação social, em que são criadas condições para um governo popular e um *controlo social dos meios de produção*.

O principal objectivo do programa de reforma social implementado pela Frelimo era obter a integração social do país, objectivo, aliás, nunca alcançado durante o regime colonial português. A coesão social é uma das questões mais polémicas em África, constituindo um elemento importante do desenvolvimento. Com esse objectivo, o Governo Frelimo, procedeu à nacionalização das terras, instituições bancárias, edifícios,

---

<sup>25</sup> A análise marxista cujo paradigma é o conflito, ou seja, a luta de classes, era utilizada pela Frelimo para fazer a leitura das estruturas do Estado colonial

<sup>26</sup> EGERO, Bertil, "People's Power: The Case of Mozambique", in MUNSLOW, Barry, et al, *Africa: Problems in the Transition to Socialism*, Zed Books, London, 1986, pp.114 -139.

bem como os sectores da saúde e educação. Criou os Grupos Dinamizadores<sup>27</sup> cujo principal objectivo era “*mobilizar a população para aderir aos princípios e ao poder da Frelimo*”,<sup>28</sup> de forma a alargar a sua presença em todo o território. Desincentivou a expressão da etnicidade por parte das diferentes etnias que caracterizam a população moçambicana, considerando-a como um travão à modernização do país. Pelas mesmas razões dificultou a acção das diferentes igrejas e reprimiu determinadas práticas sociais e ritos religiosos tradicionais. Contudo o governo da Frelimo apostou fortemente numa política de alfabetização, baseando-se no princípio da literacia universal enquanto instrumento de modernização da economia. Houve, portanto um esforço de expansão da escolarização que se estendeu às mulheres, incitando à emancipação das mesmas. Esta dinâmica foi claramente assumida pelo partido quer com a criação da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), quer a elaboração de discursos oficiais sobre a importância do papel da mulher no desenvolvimento do país.

A política de nacionalização da terra afectou duramente as diversas instituições religiosas. O governo retirou propriedades à Igreja Católica, bem como às outras organizações com um carácter funcional similar, destituindo-as do seu papel na educação e na saúde, e quaisquer outros poderes institucionais influentes. Para além de pretender com esta medida a concentração do poder na figura do Estado, a Frelimo procurou sempre fazer uma desconstrução das relações sociais coloniais, omitindo que se encontrava perante uma mudança de comportamentos e mentalidades, cuja durabilidade e flexibilidade são bastante rígidos. Não obstante, não podemos deixar de

---

<sup>27</sup> Grupos Dinamizadores - estes grupos constituídos pelos militantes mais activos que apoiavam as directrizes da Frelimo, estavam organizados em diversas secções: organização e mobilização, organização das mulheres, informação e propaganda, educação e cultura, saúde e higiene, problemas sociais, transportes, produção e comércio, secretariado, administração e tesouraria. A população recorria aos G.D. para resolver problemas como: conflitos familiares, doenças, desemprego, etc. Os DG acabaram por ser o único instrumento de ligação entre os dirigentes da Frelimo e o povo. Foram também o local de expressão das lutas pelo poder nas empresas, administrações, bairros que se manifestavam através de discussões e debates, eleições dos membros, as críticas ao comportamento dos dirigentes, etc.

referir, que esta época foi palco de profundas alterações das estruturas sociais, propiciando uma intensa luta de classes, visto que havia necessidade de substituir os colonos que ocupavam posições privilegiadas.

Sublinhamos que o clero secular português em Moçambique, fazendo juz à sua vasta experiência de adaptação às mudanças de poderes, toma medidas imediatas para se conformar com a nova realidade<sup>29</sup>. Alguns dos seus membros com ligações ao governo fachaista são afastados. Os padres pretos passam a ter os mesmos direitos que os brancos. A Igreja muda o seu discurso colonial - fachaista para um discurso nacionalista. No entanto perde a sua influência política, devido à sua evidente identificação com o colonialismo português.

Recorde-se ainda que Moçambique adquire a sua independência num contexto económico internacional pouco favorável, após o primeiro choque petrolífero de 1973, que acarretou uma baixa de preços das matérias-primas exportáveis e um consequente aumento das despesas na produção, devido ao aumento do preço dos combustíveis. Acentuado o marasmo económico, no contexto do êxodo da população portuguesa, a eclosão da guerra civil logo em 1976 viria agravar a situação. Com efeito a Renamo, movimento de oposição à Frelimo, cujo objectivo era desestabilizar o governo, vai conquistando terreno e intensificando os seus ataques. Movimento inicialmente militar, que só bastante mais tarde revelou ter características políticas, a Renamo desencadeia uma guerra civil apoiada inicialmente pela Rodésia<sup>30</sup> e posteriormente pela África do Sul (a partir de 1983) que se irá generalizar até 1992. Assiste-se assim a uma destruição calamitosa das infra-estruturas (transportes e vias de comunicação) e de vidas humanas

---

<sup>28</sup> SERRA, António M. A., “Os três anos que abalaram Moçambique” Estudos de Desenvolvimento, CESA, ISEG/UTL, Lisboa, 2000, Pág. 60

<sup>29</sup> Segundo o historiador, Pedro Ramos Brandão “(...) o clero secular português em Moçambique esteve conivente com as directrizes do Estado Novo, designadamente em matéria de política colonial” (ver pág. 44, Revista História, nº67 –Junho 2004, artigo “Os Padres do Macúti”)

<sup>30</sup> Actual Zimbabué

e ao aumento do fluxo de deslocados e refugiados. A esta conjuntura política e socio-económica acrescenta-se ainda a ocorrência de “calamidades naturais” (cheias em 1977, seguidas de secas prolongadas até 1982) que se fizeram sentir em todo o território. É assim que o crescimento económico entre 1973 e 1986 se revela muitas vezes decrescente (ver quadro III), agravando-se assim as condições socio-económicas das famílias, vivendo muitas delas situações de extrema pobreza. O historiador Malyn Newitt considera que algumas medidas económicas e políticas amplificaram certos desequilíbrios e situações de pobreza. Um exemplo claro foi a criação de aldeias comunais. “(...) *A aldeia comunal revestiu sempre duas finalidades: originar uma dimensão da cooperação e uma concentração dos recursos na agricultura e doutrinar o campesinato na ideologia política ou religiosa dos governantes da época*”.<sup>31</sup> A implementação destas aldeias teve um carácter compulsivo, isto é, os habitantes eram forçados a mudar de terra, abandonando o local secularmente ocupado pela sua linhagem, passando a depender da comuna da aldeia, representada por um eleito do partido Frelimo e não pelo régulo<sup>32</sup> tradicional, para ter acesso à terra. As aldeias comunais rompiam assim com as tradições locais e desrespeitavam as hierarquias e a estrutura organizacional das comunidades, gerando um grande descontentamento por parte das populações.

No que diz respeito ao enquadramento político, Moçambique procura após a sua independência estabelecer novos contactos, nomeadamente com os países do Bloco Leste. Movida por interesses geoestratégicos no quadro da então bipolaridade (URSS/USA), a União Soviética envia técnicos e administrativos de forma a suprir a falta de quadros e garantir a sua influência na região. Neste contexto pretendeu construir uma base naval na costa moçambicana, de forma a empolar a sua estratégia militar à

---

<sup>31</sup> NEWITT, Malyn, “História de Moçambique”, Publ. Europa-América, Nem-Martins, 1997, pág. 472.

<sup>32</sup> Régulo – chefe da comunidade local

escala mundial. Porém, tudo indica que Moçambique nunca permitiria que este projecto se concretizasse.

Por outro lado, Moçambique apoia o ANC<sup>33</sup> acolhendo-o no seu território, deixando o então governo sul africano descontente. Com efeito, a África do Sul sempre promoveu uma estratégia de desenvolvimento económico tendente a agravar a dependência económica dos países da África Austral, temendo não ser capaz de competir com os grandes mercados internacionais. Porém “*a independência política das antigas colónias portuguesas em 1975 viria alterar as condições prévias desta estratégia,*”<sup>34</sup> conduzindo o governo sul africano a propagar uma verdadeira política de desestabilização na África Austral. Assim o desenvolvimento de Moçambique viria a ser fortemente afectado pela desestabilização económica e militar da África do Sul, uma estratégia de destabilização que se intensificou com a sua adesão à SADCC. Assim se explica a intervenção militar da África do Sul na Guerra Civil, que teve um papel decisivo no alastramento e generalização deste conflito armado. No entanto serão também importantes as consequências económicas daquela estratégia. A título de exemplo, o fluxo de trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas foi diminuindo velozmente, passando de 115 mil trabalhadores em 1975 para 44 mil no final de 1976. O que por sua vez resultou numa forte redução de transferências a favor de Moçambique e uma diminuição do PIB de 21%<sup>35</sup>.

Na década de 1980, Moçambique, sob a liderança do Presidente Samora Machel, tenta restabelecer relações políticas com os países ocidentais, procurando atrair o investimento estrangeiro, adere ao Banco do Desenvolvimento Africano e em 1982

---

<sup>33</sup> Este partido Sul Africano pugnava pelo fim do Apartheid e a igualdade de direitos para todos os cidadãos sul-africanos

<sup>34</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders, “Moçambique em Transição – Estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992”, CEEI-ISRI, Maputo, 1994, pág. 90.

candidata-se aos fundos do FMI. Em 1984 adere à Convenção de Lomé III e o país é finalmente apoiado pelo FMI. Restabelece relações com o Vaticano a fim de obter ajuda, restituindo propriedades confiscadas à Igreja Católica, permitindo-lhe retomar o trabalho das missões. Contudo, a década de 80 foi marcada pelo agravamento da guerra, que atinge o norte do país em 1983, por uma forte instabilidade económica, muita corrupção, sobretudo após a morte de Samora Machel, vítima de um acidente aéreo em 1986, cujas causas permanecem hoje pouco esclarecidas, culminando num agravamento da dívida externa.

Dois anos antes, a 16 de Março de 1984, sob a liderança de Samora, Moçambique e África do Sul celebram o Acordo de N'Komati, comprometendo-se ambos a respeitar a independência de cada um, e a não favorecer nos seus territórios nenhum movimento dirigido contra o outro.

Este acordo provoca o descontentamento da comunidade internacional, em particular de alguns líderes africanos nacionalistas, nomeadamente do então presidente da República da Tanzânia que injuriado comenta este facto histórico: “C’est une giffle à l’Afrique tout entière.”<sup>36</sup>

A condenação deste acordo foi unânime, visto que simbolizava a aprovação do Apartheid, desfigurando o então recente libertador Estado moçambicano, agora pactuante com um Estado racista. Note-se que o ANC foi informado sobre as cláusulas do acordo na véspera da assinatura do acordo e que Moçambique não informou os países vizinhos sobre o conteúdo do acordo, o que provocou um mal estar a nível internacional, em particular na região Austral. Moçambique perde o reconhecimento

---

<sup>35</sup> OPPENHEIMER, Jochen (1993): Cooperação para o desenvolvimento no contexto do ajustamento estrutural e da guerra: o caso de Moçambique, Lição integrada na disciplina de “Cooperação e Desenvolvimento”, pp. 30-33.

<sup>36</sup> LAMY, Philippe, LIMA, Marluza, VELASQUEZ, Germán e VERSCHUUR, Christine, “Mozambique, dix ans de solitude...”, L’Harmattan, Paris, 1986, pág. 11.



diplomático, depois de ter sido o país mais coerente a opor-se ao apartheid<sup>37</sup> Muitos analistas políticos e historiadores consideram que o Acordo N'Komati foi um desastre para Moçambique e uma vitória para a África do Sul que consegue romper com o isolamento.

A legitimidade deste acordo é todavia posta em causa, uma vez que nem a Assembleia Popular, nem o Governo e o Comité Central foram consultados, indo contra os estatutos internos do partido da Frelimo.

Outro facto político que trouxe repercussões económicas nefastas, foi a luta pela libertação do Zimbabué apoiada por Moçambique. Em 1975, o país decide aplicar integralmente as sanções económicas decretadas pelas Nações Unidas contra a então Rodésia. A localização geográfica deste país desprovido de acesso ao mar, concedia à ex-colónia portuguesa uma certa proficuidade económica, na medida em que a Rodésia utilizava regularmente os caminhos de ferro e o porto da cidade da Beira. Por conseguinte, a aplicação desta sanção veio a traduzir-se por uma queda considerável das entradas de divisas provenientes destes serviços.

Com efeito, a Frelimo irá, nos primeiros 10 anos, propugnar uma estratégia política centrada no desenvolvimento agrícola, determinando a indústria como um factor dinamizador, cujo objectivo era a transformação das relações sociais e da economia agrícola, através da socialização dos meios rurais. As definições políticas e ideológicas brotavam dos problemas vivenciados, e ainda cativas de uma estrutura burocrática herdada do sistema colonial, conduzindo Moçambique para um ciclo económico complicado.

---

<sup>37</sup> Idem, pp. 12-16.

### 3.2 O Impacto da Liberalização: PRE(S) e Consequências

Conforme referimos no primeiro capítulo, os anos 80 foram marcados por uma ideologia baseada na convicção de que a estabilidade económica traria desenvolvimento, omitindo-se com esta premissa a influência dos factores externos e a complexidade do desenvolvimento.

De acordo com Rolph Van Der Hoeven e Richard Jolly<sup>38</sup> (1990), as políticas de ajustamento envolvem geralmente medidas económicas que visam a estabilidade económica para evitar desequilíbrios da balança de pagamentos, que sejam capazes de ajustar e reestruturar a economia de forma a mudar as condições nacionais e internacionais, incentivando o crescimento económico. Os autores identificam os principais instrumentos políticos<sup>39</sup> utilizados pelos *típicos* programas de estabilidade e ajustamento que são os seguintes:

- a) **Constrangimento monetário e políticas de crédito** com o objectivo de conter a inflação e o PIB nominal a fim de reduzir as importações;
- b) **Redução salarial**, uma medida de estabilização utilizada, de forma a reduzir a procura e a pressão sobre as importações. De acordo com os autores, “há uma vasta literatura que questiona se de facto a redução salarial é a longo prazo a melhor via para alcançar um crescimento equilibrado, uma vez que a redução salarial assumida como temporária visa atrair o investimento, aumentar as exportações e construir uma economia mais competitiva, que na realidade se transforma numa redução de salários permanente com efeitos negativos na produção ou no trabalho, especialmente quando há uma depressão do mercado.”<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> HOEVEN, Rolph Van Der e JOLLY, Richard, *Debt and Adjustment: The Unicef Approach to the Human Challenge*, in “African Development Perspectives Yearbook 1989”, Vol. I, Schelzky & Jeep, Berlin 1990, pp. 87 – 95.

<sup>39</sup> Idem, pág. 90 e 91.

<sup>40</sup> Idem pág. 91, relato baseado no texto dos autores.

- c) A **desvalorização** é um procedimento, que embora considerado pela maioria dos especialistas conveniente quando a inflação nacional resulta numa forte sobrevalorização da moeda nacional, um dos efeitos desta desvalorização resulta na discrepância da distribuição do rendimento proveniente das exportações. Nota-se que a desvalorização apresenta melhores resultados quando conjugada com outras medidas políticas, especialmente políticas que dizem respeito ao mercado de trabalho e à distribuição de rendimentos. Os autores consideram que existe uma clara hiperbolização do instrumento desvalorização, que na realidade potencia situações de desvalorização cíclicas.
- d) A **Liberalização das importações** cujo objectivo é tornar a economia mais competitiva, é também uma das medidas políticas dos PAE mais apreciadas. Segundo Rolph Van Der Hoeven e Richard Jolly, não há uma grande discordância sobre esta medida, mas há controvérsias e desacordos sobre o tempo e o momento de aplicação da medida de liberalização. Antecipar a liberalização das importações durante o programa de estabilização resulta muitas vezes na redução da capacidade de utilização dos níveis industriais.
- e) A **Liberalização do mercado de capitais externos**, outra acção característica dos PAE, nem sempre resultou num aumento de fluxo de capital, predispondo antes um aumento de deslocação do capital, tendo-se verificado nalguns países (onde foram implementados os PAE) uma acentuação da deslocação de capital, chegando por vezes a ser comparável com a dívida externa.
- f) A **Privatização de empresas públicas** tende a ser uma prática menos utilizada, uma vez que alguns economistas consideram que uma excessiva preocupação na privatização pode ser interpretada como uma mudança de perspectivas políticas dos países industrializados, mais do que ineficiência das empresas públicas. O objectivo

desta medida é o aumento da eficiência, no entanto não é condição *siné qua non* de que a intervenção pública seja menos eficiente que a privada. Por conseguinte, a necessidade do aumento de eficiência surge independentemente da natureza jurídica da empresa, o que de uma certa forma põe em causa a premência desta medida.

- g) O **aumento das exportações** é frequentemente apontado como meio para equilibrar a balança de pagamentos, porém recaem dúvidas sobre esta medida. O sucesso dos NIC (New Industrialising Countries) vem questionar este modelo, uma vez que o seu êxito se deve à sistematização de políticas económicas e ao bom direccionamento do investimento, centrando-se inicialmente na substituição das importações e só mais tarde na promoção das exportações, sempre com base em reformas agrária e educacional.

O FMI, principal promotor dos Programas de Ajustamento Estrutural, é a instituição que define os programas de ajustamento estrutural de cada país, em negociação com as entidades governamentais dos mesmos. Deste modo, é executado um estudo prévio sobre a situação económica do país que permite por sua vez apurar as medidas que melhor se adequam às necessidades económicas do país em causa. Por sua vez o Banco Mundial tem por objectivo reduzir situações de pobreza concedendo aos países empréstimos com taxas de juro reduzidas, a fim de desenvolverem projectos e actividades que possam melhorar a sua situação social e económica.

J. Stiglitz (2002) tem uma opinião bastante crítica sobre o FMI e as suas práticas, considerando que *“As políticas de reajuste estrutural do FMI – políticas projectadas para ajudar um país a se adaptar a crises e a desequilíbrios mais persistentes – resultavam em fome e em tumultos em muitos lugares; e o mesmo quando os resultados não eram catastróficos, (...) quem desfrutava desses benefícios era, em geral, os que se encontravam em melhores condições*

*de vida, enquanto aqueles que viviam à margem tinham, muitas vezes, que enfrentar um estado de miséria maior”.*<sup>41</sup>

Iremos, nas linhas que seguem, procurar averiguar se de facto as políticas do FMI foram benéficas ou prejudiciais ao desenvolvimento socioeconómico de Moçambique.

Moçambique irá aplicar o PAE denominado **Programa de Reabilitação Económica** (PRE) em 1987, após o reconhecimento de uma situação de colapso económico.

Perante o fracasso de uma economia de planificação central cujas principais medidas foram: **a)** criar planos anuais globais, **b)** aumentar o investimento nos grandes complexos agro-industriais estatais, **c)** formar aldeias comunais e **d)** financiamento compulsivo dos bancos às empresas com prejuízos<sup>42</sup>, conjugando-se com uma situação bélica desastrosa e uma dívida externa de 2,4 milhões de USD (1984), o governo moçambicano vê-se na necessidade de recorrer à ajuda técnica e financeira do FMI e do Banco Mundial.

Será então no período de 1986 a 1990, que o Programa de Reabilitação Económica (liberalizante) irá ser aplicado, sendo os principais objectivos deste programa os seguintes:

- 1. Aumentar a produção e restaurar um nível mínimo de consumo e de salários para toda a população, em particular nos meios rurais;*
- 2. Reduzir os desequilíbrios financeiros internos e reforçar as contas e reservas externas;*
- 3. Melhorar a eficiência económica a fim de atingir um crescimento económico logo que haja um aumento da segurança;*
- 4. Reintegrar os mercados oficiais e paralelos;*

---

<sup>41</sup> STIGLITZ, Joseph E., “A Globalização e os seus malefícios”, Editora Futura, São Paulo, 2002, pág. 16.

<sup>42</sup> OPPENHEIMER, Jochen, “A Cooperação para o Desenvolvimento no contexto do Ajustamento Estrutural e da Guerra: o caso de Moçambique”, ISEG, 1993, pág. 4 e 5.

##### 5. *Restaurar a disciplina financeira.*<sup>43</sup>

As medidas centrais que constituíram esta reforma económica, com intuito de atingir os objectivos acima referidos, basearam-se essencialmente no incentivo do sector privado, na correcta alocação dos recursos, na redução da intervenção administrativa e na aposta qualitativa das políticas de intervenção através de uma definição de prioridades, sobretudo na rubrica da despesa pública.

Mais tarde em 1990, é introduzida uma nova valência ao PRE, passando a ser denominado por Programa de Reabilitação Económica e Social, num contexto de luta contra a pobreza defendido pelo Banco Mundial.

Os valores difundidos pela OCDE, referentes à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), no período de 1987 a 1990 são de 894 milhões de USD, aumentando após a implementação do PRES (Oppenheimer, 1993). Não obstante, é de salientar que após a dedução do serviço da dívida e o reescalamento do mesmo, verifica-se uma diminuição do volume financeiro efectivamente disponível e aplicável ao desenvolvimento. Todo este processo financeiro tende a agravar-se, criando situações de dependência, visto que há uma tendência para um contínuo crescimento da dívida pública do país receptor da APD, que também é notavelmente devedor. O crescimento económico, neste caso de Moçambique, fica desde os primórdios comprometido, entregue a um mercado anarquizado<sup>44</sup>, sem poder contar com a protecção do Estado, coercivamente restringido a um desempenho ínfimo.

---

<sup>43</sup> Idem, pág. 6.

<sup>44</sup> Queremos aqui relembrar que Moçambique ainda não apresentava um mercado perfeitamente integrado, capaz de se defender das adversidades dos mercados externos, necessitando ainda da protecção do Estado. Além disso, não podemos ignorar a existência de uma economia informal tendencialmente subversiva.

Os resultados económicos referentes a este período são pouco claros, e não deixam de transparecer dubiedade quanto aos frutos do PRE, sobretudo numa óptica de longo prazo, como podemos constatar no quadro V em anexo.

Em 1997, a dívida externa atinge praticamente 6 biliões de dólares, depreciando a taxa de crescimento económico, resultante do aumento da produção e das exportações, deslocando cerca de 20% dos benefícios provenientes das exportações para o pagamento da dívida. Apesar dos resultados macroeconómicos positivos entre 1996 e 1999, os níveis de pobreza continuam a ser extremamente elevados, atingindo cerca de 70% da população, fazendo com que Moçambique seja classificado como HIPC, ou seja, um país pobre altamente endividado e dependente da ajuda externa. Esta dependência resulta directamente do processo de reestruturação financeira, defendido pelo FMI e os PAE/PRE, que desvia o financiamento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento da sua função e orientação original, conduzindo a um ciclo vicioso, isto é, a um aumento constante da dívida externa e por conseguinte a uma projecção dos problemas estruturais que afectam o desenvolvimento para o futuro. Somos levados a concluir que os resultados do PRES ficaram aquém das expectativas, sobretudo do ponto de vista qualitativo do desenvolvimento, em virtude do efeito perverso e subversivo da dívida e das políticas de ajustamento estrutural, que tendem a ocultar um conjunto de implicações nefastas a longo prazo. No caso concreto de Moçambique, a liberalização dos mercados e dos preços levou ao alargamento do fosso entre classes sociais, favorecendo o enriquecimento de uma minoria, que por sua vez tende a aplicar o seu capital financeiro no estrangeiro como forma de garantir lucro (fuga de capital e possíveis investimentos internos). A incapacidade dos salários acompanharem a subida de preços acentuou o desequilíbrio social e económico das famílias, que dificilmente vêem saciadas as suas necessidades básicas. Paralelamente, os fenómenos da emigração

e do êxodo rural agudizam-se, enfraquecendo a produtividade nacional (visto que estes fenómenos abrangem essencialmente a população activa) e estimulando a fuga de técnicos qualificados, reflectindo-se negativamente na performance dos diferentes sectores de actividade, particularmente exigentes nesta fase de reestruturação. O impacto social destas políticas de reabilitação económica foi na generalidade bastante adverso, na medida em que contribuíram para a redução da qualidade de vida das populações, aumento da pobreza, da taxa de mortalidade infantil e de subnutrição, diminuição da taxa de frequência escolar, ruptura de redes de apoio familiar que tradicionalmente garantiam a sustentabilidade das famílias (entreaajuda familiar entre o meio rural e urbano).

No ano 2000, há novamente um retrocesso económico e social que resulta das inundações e intempéries que voltam a paralisar as actividades essenciais ao desenvolvimento do país. O agravamento do índice de pobreza à escala nacional, leva à criação de um novo plano de intervenção, o PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta. Trata-se de um instrumento de políticas e acções que visa a redução da pobreza absoluta em Moçambique no período definido entre 2001 a 2005.

À semelhança dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o PARPA identificou prioridades e sectores estratégicos para a redução da pobreza, que passamos a citar: Educação, Saúde, Infra-Estruturas (estradas, energia e água), Agricultura e Desenvolvimento Rural, Boa Governação e Gestão Macroeconómica e Financeira. O PARPA demonstra ter uma abordagem mais acertada do que os anteriores programas de reabilitação, na medida em que revela ter um maior conhecimento acerca das especificidades socio-geográficas do país, denunciando as discrepâncias que envolvem todo o território, nomeadamente as diferenças de desenvolvimento entre os meios rurais



e urbanos, as debilidades do sistema administrativo, a importância da luta contra a SIDA, a necessidade de reformar o sistema judicial, etc.

Os resultados da aplicação do PARPA já se revelaram positivos, embora ainda não seja possível avançar com uma avaliação precisa do impacto deste plano. Uma recente análise da situação actual evidencia um aumento da taxa de crescimento superior àquela que era prevista, embora com uma taxa de inflação acima do conjecturado, que levou à redução do deficit. Verificou-se um efectivo investimento no sector da educação, que tomou forma através do aumento da despesa pública para a educação, conduzindo à melhoria da formação dos professores, da eficiência do sistema de ensino, a um maior acesso por parte das mulheres ao ensino e uma melhor distribuição dos livros escolares. No sector da saúde também houve melhorias, tendo-se apurado uma taxa de mortalidade infantil mais baixa, conseqüente de uma melhor organização do sistema de saúde e maior aposta no desenvolvimento das infra-estruturas (vias de comunicação, rede eléctrica e canalização e tratamento de águas).

### **3.2 Cooperação para o Desenvolvimento em Moçambique**

A necessidade de formular um novo paradigma compreensivo do desenvolvimento que combina desenvolvimento humano, democratização, gestão sustentável dos recursos e eliminação da pobreza emerge num contexto económico globalizante, onde paralelamente urge a necessidade de debater normas e princípios éticos que estão na base das escolhas políticas e que definem os actuais contornos da cooperação para o desenvolvimento.

Conforme referimos anteriormente, é em Dezembro de 1984 que Moçambique adere à Convenção de Lomé III, assinada entre a Comunidade Europeia e o Grupo ACP, passando a aceder de forma mais integrada e institucionalizada ao apoio técnico e financeiro da União Europeia. Enquanto membro do grupo ACP, Moçambique beneficiou entre 1984 e 2000 de um financiamento externo que rondou 1.000 milhões de euros, oriundos de diferentes organismos e programas - Comissão Europeia, Programas Indicativos Nacionais, PAE, etc., (Le Grand, 1998). Este apoio teve como principal objectivo promover o desenvolvimento social, cultural e económico, aprofundando simultaneamente a cooperação em diversos domínios tidos como relevantes para a política externa da União Europeia.

Os principais instrumentos da Convenção de Lomé III tiveram um carácter essencialmente comercial, como seria de esperar, e foram o acesso livre ao mercado comunitário pela quase totalidade dos produtos exportados pelos países ACP, um rendimento mínimo garantido aos países ACP no que respeita à exportação dos produtos de base, por via do STABEX e SYSMIN, fomento da cooperação industrial e agrícola, valorização dos recursos e reforços da dotação global feita pelo FED<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> MONTEIRO, R.L., “África na Política de Cooperação Europeia”, ISCSP, Lisboa, 2001, pág. 142.

Cinco anos mais tarde, Moçambique assina a Convenção de Lomé IV, que se distingue da anterior, na medida em que inclui a possibilidade de suspensão do acordo caso algum país não respeite os direitos humanos, o Estado de direito ou a democracia, sendo, como refere R. Monteiro (2001), “(...) *uma tentativa mais pronunciada de implementação do modelo ocidental de desenvolvimento*”<sup>46</sup>. Verificou-se ainda o alargamento do regime preferencial a quase todos os produtos do grupo ACP.

A 23 de Junho de 2000 é assinada uma nova Convenção denominada Cotonou com uma duração de 20 anos, que inclui revisões cada cinco anos. O Acordo Cotonou é um “*acordo comercial e de ajuda internacional entre 77 países ACP e a União Europeia*”<sup>47</sup>, que introduz quatro inovações que o distingue dos anteriores acordos. “*A primeira das principais inovações do Novo Acordo é o reforço das bases políticas da parceria*”, cuja finalidade é promover um diálogo político mais activo e eficaz entre os países, abordando questões chave como migração, paz, segurança, comércio de armas, etc. de forma a resolver problemas que afectam todos os países. É de opinião unânime que a Boa Governação é um factor crucial para o sucesso da cooperação. Outro aspecto inovador do Acordo Cotonou é o alargamento da parceria a novos actores, nomeadamente actores não-estatais e autoridades locais, sendo-lhes reconhecido um papel de complementaridade importante que contribui para o desenvolvimento dos países envolvidos. Relembremos que este aspecto é particularmente interessante para o tema deste trabalho, uma vez que vai ao encontro do quadro teórico e conceptual de John Friedmann (1996) utilizado para a compreensão do nosso objecto de estudo. O Acordo Cotonou manifesta assim um reconhecimento formal do papel dos actores que representam a sociedade civil, sendo a Igreja Católica um destes actores, que no

---

<sup>46</sup> Idem, pág. 144.

<sup>47</sup> ECDPM, “Infokit de Cotonou”, Maastricht, Dezembro 2001, pág. 2.

contexto moçambicano acreditamos ter particular relevância no processo de desenvolvimento.

Não menos importantes são as alterações introduzidas a nível da cooperação comercial, cujas repercussões sentir-se-ão a nível nacional e internacional. Está portanto prevista uma substituição progressiva das actuais tarifas preferenciais por Acordos Recíprocos de Parceria Económica compatíveis com as regras da OMC que terá início em 2008. Uma vez que Moçambique pertence ao grupo dos Países Menos Desenvolvidos, não será sujeito à reciprocidade comercial mantendo o estabelecido nos acordos de Lomé, isto é, continuará a beneficiar do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG)<sup>48</sup>. Salientamos aqui que o objectivo deste pilar é a integração gradual dos países ACP na economia mundial.

*“O Acordo de Cotonou marca o fim do montante garantido de ajuda independentemente do desempenho do país em questão.”*<sup>49</sup> Sobressaem novos critérios para a gestão dos apoios técnicos e financeiros, valorizando-se o desempenho de cada país, a simplificação dos instrumentos e a programação flexível, com o intuito de garantir uma maior eficácia e coerência na atribuição dos apoios.

No que respeita as relações comerciais entre Moçambique e U.E., é possível verificar um aumento significativo das exportações de Moçambique passando de 111,8 milhões de euros para 170,5 milhões de Euros entre 1999 e 2000, ou seja, estamos perante um aumento de 52,5%, (Comissão Europeia, 2002: 1-2). Não menos significativo foi o aumento das exportações dos produtos agrícolas (algodão). Por sua vez, devido à introdução de uma indústria de alumínio Mozal, decresceram as importações, o que dá forma a uma consistente melhoria do deficit comercial de

---

<sup>48</sup> O SPG traduz-se na suspensão total ou parcial dos direitos aduaneiros, com carácter não definitivo, que a U.E. atribui a países ou territórios, tendo em conta o seu grau de desenvolvimento.

<sup>49</sup> Idem, pág. 4.

Moçambique com a U.E. de 155,1 milhões de euros para 32,2 milhões de euros (Comissão Europeia, 2002).

Esta nova convenção criou novos contornos nas relações de cooperação entre Moçambique e a UE e os restantes países ACP, nomeadamente no domínio da cooperação comercial através da imposição de condutas específicas e que progressivamente tendem a respeitar as disposições da OMC. Parece que estamos perante relações mais focalizadas e objectivas, evitando-se intervenções genéricas e pouco concretas. Porém, não podemos deixar de referir que, também neste quadro cooperativo, predomina a ideia de que *“o princípio do mercado é o mecanismo mais desejável para assegurar a divisão do trabalho, o crescimento, o desenvolvimento e, através da concorrência, mais produtividade e eficácia.”*<sup>50</sup> Com efeito, o propósito de uma cooperação para a promoção do desenvolvimento social e cultural é normalmente projectado para segundo plano, prevalecendo uma cooperação direccionada para os aspectos económicos e comerciais, mesmo que não seja esse o motivo oficialmente declarado. A análise dos diferentes motivos para a APD e a cooperação para o desenvolvimento é segundo J. Degnbol-Martinussen e P. Engberg-Pedersen muito importante, uma vez que os motivos que estão por detrás da participação na ajuda internacional exercem uma forte influência na forma como é conduzida esta participação.<sup>51</sup> *“The same factors are valid for economic and commercial interests. Officially, these have been of secondary importance for foreign aid policies in industrial countries and have been only a modest motivating factor for providing foreign aid. Nevertheless, these interests have often formed the*

---

<sup>50</sup> Citação retirada de FERREIRA, Manuel Ennes e TORRES, Adelino, “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas”, ISEG, Lisboa, 2000, in DAHMS, Harry, “Transformations of Capitalism – Economy, Society and the State in Modern Times”, Londres, MacMillan, 2000.

<sup>51</sup> DEGNBOL-MARTINUSSEN, J. e ENGBERG-PEDERSEN, P., 2003, pág. 7.

*tacit basis for choosing recipient countries and methods.*”<sup>52</sup> De acordo com os autores o principal argumento para a APD é portanto a melhoria do nível de vida das populações dos PVD, sendo o motivo manifesto de carácter altruísta e o motivo latente e não oficial a promoção dos interesses económicos, comerciais e políticos, incluindo a continuação do acesso aos recursos naturais, matérias-primas dos PVDs, também países ex-colonizados. Como menciona Amartya Sen (2003) “*Aliar a expansão do uso dos mercados com o desenvolvimento das oportunidades sociais deve ser encarado como parte de uma abordagem compreensiva ainda mais ampla que realça também as liberdades de outros tipos (direitos democráticos, garantias de segurança, ocasiões de cooperação, etc.).*”<sup>53</sup> Parece-nos neste sentido, importante enfatizar a relevância das questões éticas na cooperação, relembrando que “*a defesa da ética pressupõe a existência de valores universais ou universáveis e implica a necessidade de recusar um relativismo descomprometido de valores que tudo justifica*”<sup>54</sup>. Assim sendo, atendendo aos quatro domínios da prática social de Friedmann (1996) anteriormente descritos, questionamo-nos sobre os valores e princípios que prevalecem durante a sua interacção, e qual destes domínios exerce uma maior influência sobre os restantes. Reportando-nos ao contexto moçambicano e procurando medir a importância relativa de cada domínio (Estado, Comunidade Política, Economia Empresarial e Sociedade Civil) consideramos que tende a imperar o domínio da Economia Empresarial, que dissimuladamente procura aliar-se ao Estado. Segundo Friedmann “*a economia empresarial não pode escapar ao poder político e estatal que, da perspectiva do capital, são vistos como artificiais. (...) não pode escapar ao poder e controlo territoriais; de facto o seu funcionamento continuado requer um sistema de ordem político-legal*”.<sup>55</sup> No entanto, parece lata a ideia de que o poder das multinacionais se instala de

---

<sup>52</sup> Idem, pág.13.

<sup>53</sup> SEN, 2003, pág. 140.

<sup>54</sup> FERREIRA, M. Ennes e TORRES, Adelino, “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas”, ISEG, pág. 31.

<sup>55</sup> FRIEDMANN, 1996, pág. 31.

forma latente, sob o pretexto do estímulo ao desenvolvimento através da criação de novos postos de trabalho, de uma maior riqueza interna, que por sua vez lhes permite assim exercer um poder à margem do controlo institucional. Com efeito, a Comunidade Política e o Estado dos PVDs são facilmente manipuláveis em virtude dos constrangimentos económicos que afectam a generalidade das populações, levando alguns críticos<sup>56</sup> a considerar que há uma crescente analogia entre a política dos governos e das empresas, nomeadamente das multinacionais. É neste contexto que as questões de ética se tornam particularmente valiosas para o alcance de uma cooperação equilibrada, equitativa e integrada.

---

<sup>56</sup> GALDSMITH, Edward, “Le Monde”, 23 de Janeiro 2001.

## IV – O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

---

### 4.1 O Diálogo entre Desenvolvimento e Fé

O desejo da emergência de um diálogo entre o desenvolvimento e a fé surge como um compromisso oficial em 1998 no Lambeth Palace, na cidade de Londres, através do 1º Encontro sobre Fé e Desenvolvimento. Vários líderes de comunidades religiosas do mundo inteiro e de organizações vocacionadas para as questões do desenvolvimento, decidiram reunir-se a fim de debater a situação global de pobreza actual, abordando também outros temas como segurança, instabilidade económica, efeitos da globalização, etc. Neste encontro ficou clara a ideia de que existe uma preocupação comum acerca dos desafios da pobreza, havendo uma diáfana consciência dos “gaps” ainda por esclarecer sobre a pobreza. No ano seguinte, desta vez em Washington D.C., os participantes acrescem ao 2º encontro uma dimensão mais prática, procedendo à criação de parcerias, promovendo grupos de discussão para a resolução de problemas sociais globais, aprimorando as suas intervenções no 3º encontro em Canterbury no ano 2002. Nesta fase, os participantes centram-se nos Objectivos do Milénio, e de forma mais pragmáticas são estabelecidas cinco prioridades de intervenção: género, educação, SIDA/HIV, saúde e conflitos. O 4º Encontro sobre Fé e Desenvolvimento (Dublin 2005) caracterizou-se pelo posicionamento crítico adoptado pelos participantes perante as políticas e práticas de intervenção focalizadas sobre o problema da pobreza, questionando a direcção futura das parcerias estabelecidas no âmbito da Fé e do Desenvolvimento. *“The hope for the Dublin meeting was (...) to build an agenda on common ground, such as presented by Hans Küng in his work toward a global ethic, and by Amartya Sen*



*in his concept of capabilities.*”<sup>57</sup> Recordamos que Hans Küng (1996) concebeu a partir das principais filosofias e tradições de fé, com uma expressão significativa à escala mundial, um conjunto de princípios e valores básicos comuns que ele denomina por **Ética Global**. De acordo com este pensador contemporâneo, a Ética Global é um dos principais alicerces para o diálogo inter-religioso, que concludentemente contribui para o desenvolvimento humano. Por sua vez, o contributo de Amartya Sen<sup>58</sup> quando une os conceitos de liberdade e funções (ser e fazer), é referenciado pelos participantes do último encontro como estando directamente na vanguarda da teoria e práticas económicas, na medida em que foca o desenvolvimento das capacidades humanas e a expansão da liberdade de escolha, enquanto epicentro da acção global de combate à pobreza.

Destes encontros resultou a criação da organização World Faith Development Dialogue (WFDD)<sup>59</sup>, cujo objectivo principal é promover um diálogo sobre a pobreza e o desenvolvimento entre diferentes religiões e instituições vocacionadas para as questões do desenvolvimento. A WFDD vem assim reavivar o papel das instituições religiosas na resolução de conflitos e dos problemas que tendem a minorar a qualidade de vida das populações. Não obstante, esta instituição partilha as palavras de Swami Agnivesh que afirma que “*«religions sometimes start with a position of self-righteousness and built-in arrogance» that can foster conflict or inhibit these tendencies.*”<sup>60</sup> Esta afirmação vem confirmar a necessidade de autocritica ressentida por líderes religiosos, relativamente às atitudes e práticas dos seguidores de religiões.

---

<sup>57</sup> KEOUGH, Lucy e MARSHALL, Katherine, “Finding a Global Balance”, The World Bank, Washington, D.C., 2005, pág. 8.

<sup>58</sup> Tal como referimos anteriormente nas pp. 15 e 16.

<sup>59</sup> Fundada em 1998 pelo Presidente do Banco Mundial James D. Wolfensohn e Lord Carey of Clifton Cardeal de Canterbury.

<sup>60</sup> Idem, pág. 100.

## 4.2 Análise da Intervenção da Igreja Católica no Processo de Desenvolvimento

Durante a análise o nosso objecto de estudo, centrando-nos particularmente na intervenção dos jesuítas em Moçambique, procederemos a uma articulação teórica das diversas fontes apresentadas anteriormente, de forma a fundamentar as nossas afirmações, privilegiando a perspectiva de John Friedmann e Amartya Sen.

O diagrama de Friedmann é um instrumento de leitura da realidade, que ele denomina *espaço vital* (território), aplicável a diferentes níveis de análise, passando pelo global ao local, ou seja, de uma análise macro para micro. O desmantelamento dos diversos elementos constituintes quanto às suas funções e dinâmica, focando e exemplificando a interacção da Igreja Católica (mais precisamente os Jesuítas) com os restantes domínios, permitir-nos-á perceber qual a posição desta instituição face ao desenvolvimento (alternativo).

Tal como referimos no capítulo 2.1, a Igreja Católica ocupa uma posição privilegiada entre o Estado e a Sociedade Civil. De acordo com J. Friedmann cada domínio possui um núcleo autónomo de instituições. No entanto, seria bastante redutor, se esta análise se cingisse a esta premissa, mesmo considerando a existência de uma interacção entre os diferentes domínios e respectivas instituições. Trata-se de um instrumento de leitura da realidade esquematizado. E como tal, as fronteiras delineadas pretendem facilitar a leitura, devendo o intérprete abstrair-se delas à medida que vai decompondo o diagrama. Este exercício de abstracção permitir-nos-á divisar toda a dinâmica envolvente do espaço vital, no qual se insere o nosso objecto de estudo.

Partindo desde já para uma análise mais micro, e recordando a já referida (ver Cap. 2.1 - pág. 15) existência de uma interdependência entre o Estado português e a Igreja Católica oficializada através da Concordata celebrada em 1940, com uma expansão

desta interdependência para as ex-colónias, constatamos que a instituição Igreja estabelece relações com todos os restantes poderes, possuindo também ela, poderes que lhe permitem usufruir e manter a sua posição actual. Verificamos ainda que esta instituição, aparentemente uniforme, é constituída, por sua vez, por vários centros de poder. Conforme podemos ver no organigrama exposto em anexo (Ver Quadro VI) é perceptível a complexidade desta instituição milenar, que possui uma orgânica extremamente hierarquizada e escrupulosamente respeitada, encabeçada pela figura do Sumo Pontífice (Papa), que é coadjuvado no exercício da gestão da Igreja pela Cúria Romana, constituída pelos seus vários dicastérios, a quem são delegados poderes. Esta formalidade hierárquica constitui um escudo protector contra as “ameaças” externas, não sendo no entanto excluída a formação de alianças com outros domínios, sempre que há interesses comuns.

Com efeito, à medida que se vão esbatendo as fronteiras entre os domínios é visível o entrelaçar dos poderes das várias instituições envolvidas, pronunciados de forma latente ou manifesta, de acordo com os interesses de cada um. Se nos debruçarmos sobre o poder social exercido pela sociedade civil e pela Igreja Católica, verificamos o quanto as normas sociais *impostas* por elas, constituem um importante instrumento de transformação dos agentes sociais e dos seus interesses, afectando a natureza e direcção da mobilização social. A Igreja exerce diferentes tipos de controlo sobre a vida quotidiana das pessoas (Weber, 1981), e exerce ainda uma função de socialização. Recordamos que a socialização “*é o processo através do qual o indivíduo aprende e interioriza o sistema de valores, de normas e de comportamentos de uma determinada cultura, onde intervém um conjunto de agentes de socialização.*”<sup>61</sup> A Igreja Católica intervém neste processo de socialização através das suas doutrinas, mas

---

<sup>61</sup> Dicionário de Sociologia, Porto Editora, 2002, pág. 350.

sobretudo nas escolas<sup>62</sup>, como aliás será demonstrado através da ilustração do exemplo dos Jesuítas.

O mesmo ocorre com os poderes político e económico que tendem a sobrepor-se aos restantes poderes, mas que devido à resistência e luta para manter os seus lugares, optam por dissipar os conflitos, formando ilusórias alianças. Ilusórias no sentido em que existem outros interesses e motivações, que não são denunciados de forma transparente.

Segundo J. Friedmann (1996), “*a economia empresarial é composta de actores em conflito feroz entre si (...)*”<sup>63</sup>, trata-se portanto de um domínio agressivo, com regras próprias, onde os actores que dominam estas mesmas regras, são imperantes, impondo novas regras sempre que lhes seja conveniente, e garantindo o desenvolvimento de um jogo que lhes seja favorável, uma vez que como refere P. Bourdieu (1992), a posse de determinados poderes, condiciona à partida o acesso aos proveitos específicos de cada campo (domínio segundo Friedmann). Como reage e se relaciona a Igreja Católica no domínio económico? Primeiro, há uma relação de subsistência evidente, isto é, a Igreja como qualquer outra instituição deve garantir a sua sobrevivência através da captação de fundos. A angariação de fundos é diversificada, devendo sempre obedecer a princípios éticos que não infrinjam as leis doutrinárias que ela propaga. É neste cariz que a Igreja se distingue dos actores que operam no domínio económico. Na medida em que não se reconhece com as regras deste domínio, cria regras incompatíveis, que comprometem desde o início o sucesso da sua gestão. Como é do conhecimento geral, a Igreja nunca praticou uma gestão sistematizada e eficiente, uma vez que o seu principal objectivo é a evangelização. Aliás, a Igreja reconhece a necessidade de recorrer a profissionais especializados em áreas como a saúde, a educação, engenharias, etc., mas continua a oferecer resistência ao apoio de profissionais da economia e gestão estranhos

---

<sup>62</sup> A escola é considerada pela Sociologia uma instituição de socialização secundária.

<sup>63</sup> Friedmann (1996), pág. 29.

à estrutura da Igreja. Isso leva-nos a concluir que há uma tendência predominante para a Igreja desenvolver uma dependência financeira face ao exterior.

Como se entende um desenvolvimento que se baseia num sistema económico caracterizado por uma estrutura de dependência?

A formação instituída nos seminários é restrita, no sentido em que há uma não promoção da autonomia e da independência dos futuros teólogos. A razão para esta não promoção da autonomia, pretende-se com a necessidade de exercer uma função de controlo. Assim sendo, é desde o início fomentada uma dependência financeira, que se vai agudizando ao longo dos anos de formação e prática sacerdotal. Contudo, é reconhecido o papel da Igreja no processo de desenvolvimento, sendo até mesmo considerado um agente activo e crucial para o desenvolvimento local. Apesar desta evidente dependência financeira, a Igreja tem uma capacidade de angariação de fundos doados inigualável. Esta dependência financeira é assim compensada, por outras funções que desempenha, igualmente importantes. Procedendo a uma breve retrospectiva histórica, deparamo-nos com vários exemplos em que a Igreja foi desempenhando funções importantes para o desenvolvimento das localidades.

Por exemplo, o rei D. Afonso Henriques estabeleceu diversos pontos de ancoragem com o objectivo de promover o desenvolvimento populacional, servindo-se da fundação de mosteiros nos territórios conquistados aos mouros. As ordens religiosas que se fixavam nessas regiões, iniciavam actividades, dinamizavam pequenas economias à sua volta, que por sua vez atraíam novas populações que se fixavam progressivamente. A Igreja constitui assim um importante centro de recursos interactivo ao serviço das populações locais.

Voltando à função de socialização da Igreja Católica e a sua relação com o domínio económico, alertamos para o facto existir um fenómeno interessante, que brota

despercebidamente no nosso espaço vital. A Igreja tem um papel particularmente activo na educação, tendo mais de duzentas mil escolas espalhadas pelo mundo inteiro (ver quadro I). Se o principal objectivo da Igreja é a evangelização (que também está integrada na educação), e se as suas escolas são reconhecidas pela sua qualidade, sendo um pólo de atracção para as elites, então a Igreja desempenha um papel relevante na formação de elites. Encontramos aqui um elo de ligação entre a Igreja e o domínio económico, no qual as elites ocupam posições estratégicas. É criada uma abertura para uma intervenção directa da Igreja junto das populações, accionando uma educação que se associa aos princípios do desenvolvimento alternativo, ou seja, “*um desenvolvimento alternativo que se centra no povo e no seu ambiente, ao invés de se centrar na produção e nos lucros*”<sup>64</sup>. A Igreja pode, de forma consciente, desempenhar uma função essencial no desenvolvimento alternativo. Trata-se de uma função complementar ao processo de empowerment, que visa o reequilíbrio da estrutura de poder na sociedade, em que se verifica um aumento dos poderes da sociedade civil na gestão dos seus recursos, uma maior transparência do poder estatal e uma maior responsabilidade social da economia empresarial.

Não obstante, verificamos que prevalece a ideia, nos dias que correm, de que a Igreja atravessa uma crise no que respeita o seu reconhecimento social por parte da sociedade civil, essencialmente nos países ocidentais. A Igreja é confrontada com uma nova realidade social (Globalização) que adquire contornos cada vez mais complexos, exigindo respostas criativas e que se aproximam do quotidiano das populações. Acreditamos que um dos caminhos possíveis para esta instituição, centrar-se-á na formação dos indivíduos, capacitando-os para a tomada de decisões e consequente responsabilização, regulamentada por princípios *Éticos Globais*.

---

<sup>64</sup> Idem, pág. 13.

## **4.3 O Caso dos Jesuítas em Moçambique**

### **4.3.1 Breve Historial sobre a Criação da Companhia de Jesus e as suas Particularidades e Metodologia de Intervenção**

A Companhia de Jesus nasce do encontro de vontades de um conjunto de jovens que em comum tinham a condição de estudantes universitários em Paris. Ao núcleo inicial de três elementos – Inácio de Loyola, Francisco Xavier e Pedro Fabro, que partilhavam os mesmos aposentos numa residência de estudantes, cedo se juntaram outros três companheiros, e é este grupo de seis jovens que em 15 de Agosto de 1534 decide fazer votos de pobreza, castidade e dedicação à causa da Igreja Católica, procurando concretizar a sua opção de vida na “imitação” de Cristo.

Não tendo qualquer pretensão de formar uma ordem religiosa, acalentavam o sonho simples de rumar para a Terra Santa e lá espalhar o Evangelho.

As circunstâncias geo-políticas de então não permitem a partida do grupo no decorrer do ano que se segue e, perante a impossibilidade de cumprir esse desejo, alteram a estratégia e decidem colocar-se à disposição do Papa, que lhes confere uma alternativa no cumprimento os seus votos. É com esse intuito que rumam a Roma em 1537. Prova da sua resolução e excelência intelectual é que em 1539 recebem do Papa Paulo III a sua primeira missão<sup>65</sup>. Ainda no mesmo ano, os dez irmãos que então compunham o grupo decidem formar uma nova ordem religiosa, tendo obtido então a aprovação oral do Papa.

---

<sup>65</sup> No âmbito dos debates intelectuais que caracterizaram a fase pré-conciliar da oposição à Reforma, o Papa enviou uma delegação encabeçada por Pascássio Broet a Siena.

Em 1540, ano em que Francisco Xavier parte de Roma para Lisboa, na primeira etapa da aventura que o levaria às portas da China<sup>66</sup>, passando pela Índia, Indonésia, e Japão entre outros, o Papa Paulo III aprova oficialmente a Companhia com a bula “*Regimini Militantis Ecclesiae*”.

Surgiu assim a Companhia de Jesus<sup>67</sup>, com o objectivo de espalhar a fé cristã.

Uma característica, a nosso ver essencial, da nova ordem religiosa aprovada por Paulo III é o facto de só muito após a sua formalização, os fundadores da Companhia terem apresentado as suas Constituições, e de nunca se ter definido de raiz um ministério específico. De facto, não foi demonstrada, por parte de Inácio de Loyola e demais fundadores, a urgência de apresentar, à data da fundação, um texto regimentar formal<sup>68</sup>. Aquando da aprovação definitiva das Constituições o documento reflectia já a aprendizagem de dezoito anos de experiência de actividade da Companhia, tendo sido redigidos lenta e metodicamente, introduzindo primeiro regras e usos na Companhia, seguidos da análise à sua eficácia. Só após vários anos de experiência no terreno, é que Inácio de Loyola codificava essas regras e costumes, pelo que apenas aquelas que deram provas práticas da sua sensatez, foram finalmente transpostas para as Constituições. Esta metodologia explica claramente o porquê de a Companhia, apesar de se dedicar devotamente à “imitação de Cristo” como se mais nada no mundo merecesse atenção, surgir como uma instituição perfeitamente adaptada às necessidades do seu tempo, que indiciava já ventos de profunda convulsão<sup>69</sup>.

---

<sup>66</sup> Morre a 2 de Dezembro de 1552 na ilha de Sanchoão.

<sup>67</sup> Na fórmula da bula papal a companhia é designada “*Societas Iesu*”.

<sup>68</sup> Data 4 de Março de 1541 a primeira reunião dos “companheiros” com o intuito de iniciar a elaboração das Constituições; só em 1550 Inácio de Loyola termina a primeira redacção do documento; e é apenas em 1558 que se dá a aprovação definitiva das Constituições, já sem a presença do fundador Inácio de Loyola, que morrera dois anos antes.

<sup>69</sup> Os Jesuítas foram a primeira ordem religiosa católica a acolher o espírito renascentista no âmago da sua própria espiritualidade, com reflexos quer ao nível da actividade missionária, quer educacional. Não é de estranhar que desde os primeiros momentos tenham encarado os Descobrimentos como plataforma fulcral da sua actividade missionária, por exemplo.



Se bem que a metodologia seguida na elaboração das Constituições tenha sido um factor potenciador de estabilidade na Companhia em sucessivas épocas de crescimento orgânico, não seria justo deixar de referir outras particularidades que nos parecem ser importantes:

- a) Multiculturalidade – os seis primeiros companheiros eram de três países diferentes: Navarra, Portugal e Flandres; quando a companhia era constituída por dez elementos, estavam já mais de três nacionalidades representadas. A multiculturalidade estava nos próprios genes da futura Companhia de Jesus.
- b) Ciência/Conhecimento – um elo comum aos primeiros irmãos era a frequência universitária numa das universidades mais prestigiadas de então – Paris. Aliás muitos desses primeiros companheiros eram professores e pedagogos<sup>70</sup>, tendo tido um papel fundamental no fortalecimento da vocação educacional da Companhia.
- c) Excelência intelectual – cedo o Papa Paulo III lhes reconheceu o génio intelectual conferindo-lhes um papel de vanguarda na implementação da estratégia da contra-reforma e diversas missões diplomáticas delicadas<sup>71</sup>. Mas este reconhecimento, extravasou claramente o universo do Catolicismo, tendo Mateus Ricci trabalhado no início do século XVII como astrónomo e matemático no Palácio Imperial Chinês. Prova desse mesmo reconhecimento, em ambientes tão díspares dos europeus, foi a nomeação em 1644 de João Adão Shall como Presidente do Conselho Científico de Pequim<sup>72</sup>. E se é possível reconhecer a excelência intelectual directamente na pessoa de inúmeros companheiros, a verdade é que a sua influência se estendeu àqueles que foram educados na Companhia, sendo que alguns deles foram verdadeiros génios; só a título de exemplo: Pascal, Descartes e Voltaire.

No seu conjunto, estas características conferiram aos Jesuítas uma adaptabilidade e uma tenacidade missionária invejáveis, o que explica a enorme influência que a Companhia de Jesus adquiriu em Roma, na maioria das cortes católicas, e principalmente o seu papel na expansão ultramarina dos reinos de Portugal e

---

<sup>70</sup> Na época em que a Companhia fundou o seu primeiro Colégio em Messina (1548), os companheiros contavam já no seu seio com professores de hebreu, grego, lógica e gramática.

<sup>71</sup> Em 1541 o Papa nomeia dois companheiros Núncios na Escócia.

<sup>72</sup> Uma das suas missões como detentor do cargo foi a correcção do calendário chinês.

Castela, na evangelização dos povos com que iam contactando. Parece-nos que são características fundamentais para entender a forma inovadora como os jesuítas encararam a sua missão, nomeadamente, nos campos da educação e da missionação.

Ainda hoje é lendária a vocação da Companhia de Jesus para o ensino, e a sua cultura de excelência nesta faceta fulcral da sua missão. Mas seria errado concluir que essa vocação foi uma escolha inicial dos companheiros. Na verdade não o foi. A Companhia formou-se no propósito de espalhar a fé cristã, não estando nos seus horizontes a evolução para uma ordem religiosa especialmente vocacionada para o ensino. Tal como acontecera com a redacção das Constituições, foi a experiência de terreno, e o dia-a-dia dos companheiros, que ditou a necessidade de encarar o ensino como uma missão fundamental. E foi-o por duas razões:

- a) Os jesuítas sentiram a necessidade de formar de forma criteriosa as sucessivas levas de novos companheiros que pretendiam juntar-se à ordem;
- b) Os jesuítas incumbidos de missionar activamente (quer na Europa quer nos novos mundos que entretanto se iam descobrindo), constataram que a melhor forma de vencer a resistência das populações adultas à conversão era apostar na educação das crianças.

A estes problemas a Companhia de Jesus respondeu de forma cabal. A resposta inicial foi abrir residências de estudantes junto das principais universidades da Europa<sup>73</sup>, onde se deveriam formar os novos membros da Companhia. No entanto, cedo algumas destas residências se transformaram em colégios, que formavam directamente os candidatos a companheiros. Com o crescer da sua influência política, e com as doações recebidas de importantes figuras da aristocracia, a Companhia cria a sua primeira universidade em Gandía em 1547. Foi então uma doação de Francisco Bórgia,

---

<sup>73</sup> Nomeadamente Paris, Coimbra, Pádua e Lovaina.

Duque de Gandía, que impulsionou a criação do Colégio Romano (1551), que mais tarde viria a transformar-se na importantíssima Universidade Gregoriana.

Durante a formação dos primeiros Colégios, a Companhia sentiu a necessidade de estabelecer de forma metódica programas de ensino à medida das suas necessidades. O *Modus Parisiensis* foi uma resposta que serviu esse interesse numa fase inicial. Mais tarde, e com a abertura do Colégio Romano, visto como um centro pedagógico fulcral<sup>74</sup>, a Companhia empreendeu a implementação sistemática da sua actividade docente com base num regimento orgânico que viria a ser conhecido por *Ratio Studiorum*.

A vocação docente da Companhia irá acentuar-se com o suceder dos anos, e com o aumento dos companheiros<sup>75</sup>, vindo a tornar-se num dos elementos distintivos da actividade da Companhia de Jesus, fundindo-se com a sua própria identidade.

Juntamente com a educação, a obra missionária da Companhia de Jesus constitui um dos principais sinais da sua identidade. E neste ministério específico, os jesuítas foram de uma eficácia ímpar, também ao nível europeu, mas sobretudo nos territórios então descobertos pelos dois Estados Ibéricos, e com destaque para a América do Sul e Ásia. O sincretismo religioso foi um dos principais elementos de inovação, e sem dúvida aquele que mais problemas trouxe à Companhia no seu relacionamento com hierarquia da Igreja Católica.

Não se tratava de alterar o conteúdo evangélico ou as bases teológicas do cristianismo, mas adaptar a praxis e a forma dos rituais ao serviço da conversão. Com efeito, a incorporação nos ritos católicos de elementos culturais e até religiosos dos

---

<sup>74</sup> Dois anos após a sua abertura estudavam no Colégio Romano alunos portugueses, castelhanos, italianos, belgas, franceses e alemães. Passados dez anos o colégio contava já com cerca de duzentos docentes.

<sup>75</sup> À morte de Inácio de Loyola em 1556, a Companhia de Jesus conta já com mais de mil membros e trinta e cinco colégios em funcionamento. Nessa altura já os colégios se tinham aberto à docência a jovens que não aspiravam a tornar-se companheiros.

povos evangelizados não resultou de uma abordagem inicial da Companhia, mas sim de uma estratégia adaptativa às dificuldades quotidianas da missionação. O Padre Manuel da Nóbrega, por exemplo, incorporou a língua e cânticos tupi nos salmos e orações cristãs na sua missão da aldeia de S. João no Brasil. A catequese era ensinada em tupi, tendo sido escritos livros de apoio nessa língua, bem como dicionários. O mesmo se passou com a actividade missionária no Oriente.

De facto, o sincretismo religioso como elemento da estratégia de missionação foi ainda mais evidente no ministério missionário da Companhia no Oriente. O caso dos ritos chineses e dos ritos malabares assumiu tal protagonismo, que motivou intervenções de dois Papas. Eram vários os pontos em questão, uns de índole teológica, e outros, com reflexos políticos e sociais; do ponto de vista teológico, os mais significativos referiam-se à utilização de termos budistas e confucionistas para designar Deus<sup>76</sup>, sacrifício, templo, etc., nos rituais eucarísticos católicos chineses; do ponto de vista político, causou alguma consternação em meios católicos a colocação nas igrejas jesuítas de uma tabuinha caligrafada pelo imperador com a inscrição “*jing tian*”<sup>77</sup>, o que levava os cristãos chineses a venerarem as tabuinhas procedentes directamente pelo imperador<sup>78</sup> – este facto valeu aos jesuítas a acusação de tolerarem em templos católicos elementos de idolatria. O sincretismo universalizante dos jesuítas tentava conciliar aspectos estruturais da cultura dos povos objecto de missionação com os princípios do cristianismo. Às entidades divinas pagãs, era-lhes atribuído um valor histórico, sendo instrumentalizados e canalizados em favor da própria evangelização, evitando roturas fracturantes.

---

<sup>76</sup> *Thianzu* para os cristãos de origem budistas e *Tiandi* para os cristãos de origem confucionista.

<sup>77</sup> Adorar o céu.

<sup>78</sup> Não podemos retirar deste contexto o facto de os chineses considerarem o imperador como um ser com características que os europeus associam à divindade.

Os elementos característicos da Companhia, por nós abordados anteriormente, tiveram uma influência fulcral na actividade missionária dos jesuítas. A sua fortíssima preparação em termos de comunicação interpessoal, capacidade de intervenção em ambientes multiculturais e elevada preparação intelectual e científica foram usados como instrumentos de missão. Em sociedades de elevada estruturação social, os jesuítas optaram por usar esses elementos para pôr em prática uma estratégia de missionação pelas elites. A táctica utilizada na China, por exemplo, passou pela inserção de padres jesuítas com forte preparação científica nas academias doutas (*shūyuàn*), onde se destacavam pelo seu conhecimento. Desta forma, insinuaram-se nas classes de poderosos e eruditos de forma discreta, sem ostentar na abordagem inicial um proselitismo militante, potencialmente conflituoso. Essa mesma discrição foi implementada em termos de relação com o poder político, com o qual procuraram manter uma posição de estrita neutralidade.

Um elemento distintivo na intervenção missionária dos jesuítas nos novos territórios descobertos por Portugal e Espanha<sup>79</sup>, foi o facto de ela não se limitar a actividades doutrinárias. Havia na sua intervenção uma dimensão de organização da vida económica, política e social, recorrendo mais uma vez à sólida e diversificada preparação dos companheiros jesuítas. As *reduções* guaranis<sup>80</sup> são o expoente máximo dessa filosofia de intervenção. Nas ruínas dessas *reduções*, podemos hoje vislumbrar elementos que denunciam claramente a filosofia de missionação da Companhia – ao conceito arquitectónico tipicamente europeu, adicionam elementos estéticos<sup>81</sup> da cultura local, procurando com esta linguagem simbólica transmitir mensagens cristãs, utilizando assim aspectos culturais na sua missão evangelizadora.

---

<sup>79</sup> Referimo-nos aqui concretamente aos territórios das Américas.

<sup>80</sup> Aldeias comunais índias administradas pelos jesuítas, com elevado grau de autonomia política e económica.

<sup>81</sup> Nomeadamente escultóricos.

As reduções funcionavam de forma independente dos governos coloniais, e desenvolviam uma intensa actividade económica e social, constituindo pólos importantes de protecção aos indígenas. As diversas reduções guaranis, relacionavam-se entre si, constituindo juntas uma espécie de confederação, quase plenipotenciária<sup>82</sup>.

Assim sendo, concluímos que a missionação jesuíta procurou adaptar-se às realidades locais, optando sempre por uma estratégia inovadora, agregando numa “máquina” missionária elementos de sincretismo religioso com uma forte preparação para lidar com tudo o que é novo e desconhecido.

Como dissemos anteriormente, apesar da existência de elementos comuns, o ministério missionário da Companhia de Jesus, teve de se adaptar não só às diversas realidades sociais, políticas e económicas dos povos-alvo do esforço missionário, mas também às características da própria estratégia de colonização das duas potências, pois como já referimos, cedo a companhia utilizou o esforço expansionista ibérico como plataforma de missionação. Nesse sentido, a missionação jesuítica de África foi bastante incipiente, à imagem da própria colonização dos territórios efectuada por Portugal, sendo sempre refém das próprias opções e decisões estratégicas da coroa portuguesa.

Como sabemos, o interesse estratégico do Reino de Portugal na África Austral (que inclui Moçambique e Angola) estava intimamente ligado ao projecto do estabelecimento da rota marítima para as índias, e de facto, foram necessários séculos para que a coroa portuguesa encarasse a efectiva colonização dos vastos territórios como uma prioridade<sup>83</sup>.

Até ao início do século XIX a presença portuguesa caracterizou-se pela existência de agregados populacionais dispersos e com pouco significado demográfico. Os mais importantes encontravam-se em Sofala, no vale do rio Zambeze (este rio serviu

---

<sup>82</sup> Dependente em última análise directamente da protecção da coroa dos dois países.

ainda como base comunicacional ao mais significativo entreposto comercial no interior de Moçambique – Tete), Ilha de Moçambique, e ainda os centros portuários de Quelimane e Inhambane.

Assim, não é de estranhar que os jesuítas tenham quase ignorado a missionação da costa oriental africana, e à imagem de Portugal, tenham centrado todas as energias na missionação do Oriente, estabelecendo Goa como base e plataforma giratória para todo esse esforço (que incluía o envio de companheiros jesuítas para a Índia, China, Japão, Malásia, Indonésia, etc.).

A primeira tentativa de conversão dos povos africanos da costa oriental deu-se em 1560 e 1561, com a missão do padre jesuíta português Gonçalo da Silveira, que subindo o rio Zambeze desde a sua foz chegou ao reino Monomotapa no actual Zimbabwe. Apesar de algum sucesso missionário inicial<sup>83</sup>, acabou por ser morto quando elementos das tribos *swailis*, que temendo pelo futuro das privilegiadas ligações comerciais que mantinham então com o reino Monomotapa, convenceram o rei Monomotapa a matar o missionário português. O fracasso das duas campanhas militares sucessivas<sup>85</sup> que tentaram no século XVI, e sem qualquer sucesso, controlar o interior de Moçambique, e a perda da independência nacional em 1580, conduziu a um desinteresse da coroa pelo avanço da colonização para o interior dos territórios da África Austral que perdurou até à segunda metade do século XIX, comprometendo assim qualquer tentativa consistente de evangelização nessas terras.

A estreita ligação e dependência da estratégia missionária da Companhia de Jesus relativamente ao Oriente, face à estratégia político/comercial da coroa portuguesa

---

<sup>83</sup> Na realidade foi necessária a conferência de Berlim na última década do século XIX para que Portugal se apercebesse da urgência de uma efectiva presença no interior dos territórios reclamados.

<sup>84</sup> Entre os convertidos figuraram o próprio Rei Nogomo Mupunzagato.

<sup>85</sup> A primeira campanha, composta por um grupo militar de 1000 soldados portugueses sobre as ordens de Francisco Barreto, decorreu entre 1569 e 1572, tendo a maioria dos homens morrido devido a doenças.

para as suas possessões, fizeram com que as convulsões políticas do próprio Estado português se reflectissem no esforço missionário e educacional da companhia nesses territórios.

Nos seus diversos magistérios, a Companhia de Jesus procurou, sempre que possível, um relacionamento estreito com os círculos de poder dos diversos Estados onde as gerações de companheiros actuaram, e isto quer ao nível Europeu quer no seio dos diversos povos que se esforçaram por catequizar. Com efeito, foram bastantes os casos de reciprocidade de intenções por parte desses mesmos Estados, que amiúde os acolheram de braços abertos, vendo nesses homens, quer uma oportunidade de expansão da sua influência e poder, quer instrumentos de desenvolvimento ao nível da educação e do conhecimento. Para tal, muito contribuíram não só as características tão distintivas dos membros da Companhia, de que já falámos anteriormente, mas também o reconhecimento e protecção que os Papas devotaram à Companhia<sup>86</sup>.

O nascimento da Província Portuguesa da Companhia de Jesus é um claro exemplo das afirmações feitas anteriormente. Os primeiros companheiros jesuítas chegaram a Portugal após um convite expresso por parte de D. João III. A ideia inicial do convite prendia-se com o facto de o monarca encarar a pujante ordem religiosa como a indicada para a árdua tarefa de conversão da Índia. No entanto, cedo se manifestou a competência pedagógica dos membros da ordem, tendo sido mais uma vez o ensino o elemento distintivo da ordem em Portugal. Notório é que os primeiros benfeitores da ordem em Portugal tenham sido os diversos elementos da família real. Dois anos após o convite, em 1542, a Companhia fundava o Colégio de Jesus em Coimbra, vocacionado para a formação dos seus noviços. Em 1553 fundavam o Colégio de Santo Antão em

---

Em 1574, uma outra força militar chefiada por Vasco Fernandes e composta por cerca de 400 homens foi dizimada em sucessivas escaramuças com guerreiros africanos.

<sup>86</sup> Os companheiros jesuítas, seguindo a perspectiva inaciana muito particular de obediência ao Sumo Pontífice, consideravam-se, como o exército do Papa.



Lisboa, que foi o primeiro colégio jesuíta onde se ministraram aulas públicas. Por sua vez, o Infante D. Henrique fundava em 1559 a Universidade de Évora, que entregou de imediato à Companhia.

Como vemos, confirmou-se em Portugal a estratégia de afirmação da ordem nos países onde iniciava a sua actividade, isto é, a escolha para patamar de entrada de círculos de elites, sejam elas sociais, políticas ou eruditas.

É forçoso reconhecer que foram muito bem-sucedidos na sua inserção no topo da hierarquia social, pois chegaram mesmo a ser confundidos com ela. Cedo foram utilizados pelos Estados e monarcas, como diplomatas<sup>87</sup>, assessores, educadores, confessores, etc., o que lhes granjeou um invejável poder.

A aposta na educação, revelou-se estruturante no sentido de prover a ordem de condições de consolidação de longo prazo do seu prestígio e influência nos círculos de poder dos Estados. Se a função primária dos Colégios era a formação de noviços, cedo eles se abriram a estudantes sem pretensões de opção vocacional pela vida religiosa e, apesar de a ordem ter aberto os seus centros educativos a muitos alunos provenientes das camadas mais desfavorecidas, o financiamento desses mesmos centros era garantido pela presença em grande número de alunos provenientes de famílias abastadas<sup>88</sup>. Estes últimos seriam mais tarde elementos constitutivos das elites e círculos de poder, pelo que a influência da Companhia se solidificava com o suceder das gerações de alunos.

Podemos concluir que a Companhia optou, no seu esforço de afirmação e na prossecução dos seus objectivos, por uma estratégia dúplice concentrando nela os seus melhores trunfos:

---

<sup>87</sup> Uma das referências literárias nacionais – o padre António Vieira, chegou a ocupar cargos diplomáticos de relevo.

<sup>88</sup> Os Colégios abertos a alunos sem pretensões religiosas promoviam uma separação clara entre os alunos ricos e pobres, fora da sala de aula – viviam em alas separadas dos colégios, e as suas tarefas e obrigações nos períodos não relacionados com os estudos eram diferentes.

- por um lado, o arrojo no ministério missionário que a Companhia apresentava preenchia uma necessidade premente dos monarcas ibéricos, que conceberam a ocupação dos novos territórios da América, África e Ásia com uma forte presença da Igreja Católica (muitas vezes entendida como extensão do seu poder, não só face aos nativos dessas terras, mas também como referência para os colonizadores);
- e por outro, a sua faceta de exímios pedagogos, que contribuiu para que as expectativas que o movimento renascentista levantou quanto ao papel do conhecimento em sociedades em processo de abertura se cumprissem, não apenas ao nível local europeu, mas sobretudo face às expectativas levantadas pela catadupa de novidades que o processo das descobertas originou.

Apesar do voto radical de obediência ao Papa, a estreita ligação dos jesuítas aos restritos círculos de poder de alguns Estados europeus, aliada ao espírito pragmático que os caracterizava, conduziu-os amiúde, ao longo da história, a assumir papéis de elementos de prolongamento do poder do próprio Estado. Se bem que nas primeiras gerações de companheiros, o ideal fundador estivesse ainda vivo e muito presente, alertando-os para a necessidade de criar equilíbrios entre os interesses missionários da Companhia e os interesses dos Estados, cuja soberania abarcava os territórios das suas missões<sup>89</sup>, nas regiões onde o processo de colonização sistemática foi mais tardio, já não foi possível testemunhar o mesmo esforço na criação dos necessários equilíbrios. A missionação jesuítica da África Austral seguiu este segundo padrão. Nesse sentido, a presença missionária da Companhia de Jesus em Moçambique é um bom exemplo. De facto, só quando o Estado português se viu obrigado a ocupar efectivamente os

---

<sup>89</sup> O exemplo mais significativo é o esforço de protecção das populações indígenas das América do Sul, com a criação das reduções, autênticos pólos sociais e económicos paralelos e independentes relativamente ao esforço colonizador dos próprios representantes oficiais da coroa, que os procuraram

territórios africanos que reclamava<sup>90</sup>, é que a Companhia fundou as primeiras missões com infra-estruturas capazes de apoiar uma permanência duradoura. Neste esforço missionário, foi notória a instrumentalização que o Estado português fez da Companhia, tendo esta adaptado os seus programas de ensino para as populações nativas às prioridades estabelecidas pelo governo português<sup>91</sup>, nomeadamente com a intenção de criar uma consciência nacionalista portuguesa nos africanos, juntamente com uma identidade cultural precisa.

Se é possível rever em muitos dos aspectos do ministério dos jesuítas elementos do espírito renascentista, em termos de abertura à novidade e de arrojo na forma de encarar os desafios, foi necessário que um novo movimento intelectual – o Iluminismo – viesse pôr em causa o prestígio dos jesuítas nos círculos de poder europeus.

Certamente não foi o único factor, mas como veremos adiante, os jesuítas viram-se no campo de batalha pela implementação do novo ideal, e não foram encarados de forma alguma como um elemento neutro.

Neste campo, Portugal veio a ocupar um papel de relevo, pois foi no reinado de D. José, e com o governo do Marquês de Pombal que os opositores à Companhia de Jesus viram a Companhia sofrer o seu primeiro grande revés à sua até então imparável ascensão. Com efeito, em 1759, o Marquês de Pombal decreta a expulsão dos jesuítas de todos os territórios portugueses, decisão que teve um enorme impacto, tendo-se sucedido acções semelhantes noutros países europeus<sup>92</sup>. A pressão política de diversos Estados europeus, juntamente com as acções mais radicais de bastiões do catolicismo como os Estados ibéricos e a França, levou o Papa Clemente XIV a suprimir a

---

destruir. Como se tratava de um privilégio oferecido directamente pelos monarcas, enquanto gozaram da protecção destes, as reduções prosperaram e aumentaram em número.

<sup>90</sup> Na segunda metade do século XIX.

<sup>91</sup> Ensinavam-se nas escolas, princípios de higiene, disciplina e métodos de trabalho, etc., e tudo isto imbuído de um claro espírito europeu.

Companhia em 1773, numa altura em que esta era uma força pujante com cerca de vinte e dois mil companheiros.

Apesar de o Marquês de Pombal ter utilizado como argumento para a expulsão, o pretenso envolvimento do provincial da ordem na tentativa de assassinato de D. José, as verdadeiras razões eram outras – o Marquês de Pombal ansiava por implementar o seu projecto político/cultural para Portugal, baseado nos ideais do Iluminismo e num centralismo de Estado ancorado no modelo francês de absolutismo monárquico.

Na verdade os jesuítas constituíam um tremendo obstáculo à implementação desse projecto, isto porque:

- A Companhia dominava quase hegemonicamente o sistema de ensino, quer em Portugal quer nos territórios ultramarinos, e a educação era entendida à luz do Iluminismo como um pilar fulcral da cultura e um veículo eficaz de transmissão de ideias;
- O domínio do sistema de ensino, assegurava à Companhia um veículo de penetração e influência em quase todas as esferas sociais, pois nas suas escolas estudavam alunos de todas as origens e classes sociais, que de seguida ocupavam posições nas mais diversas instituições e actividades;
- Os jesuítas gozavam nos territórios ultramarinos de um estatuto de excepção que lhes permitia obter regalias importantes ao nível da posse de valores temporais e da respectiva exploração;
- O prestígio político da Companhia nos círculos de poder da corte, e a autonomia que de facto detinham na quase totalidade dos domínios de administração das suas

---

<sup>92</sup> A França extinguiu a Companhia nos seus domínios em 1763, tendo a Espanha expulso os jesuítas dos seus territórios em 1768. Só em 1814, com o Papa Pio VII, a Companhia de Jesus foi restaurada.

posses, encorajavam-nos a resistir e até retaliar sobre decisões de foro político que envolvessem as suas possessões<sup>93</sup>.

Este conflito foi apenas a face mais visível do desfasamento entre a ideia de um Estado absolutista e controlador da totalidade dos aspectos da vida social, e os interesses instalados da Companhia de Jesus. Tratava-se, na verdade, do prelúdio para a posterior extensão do conflito a outras instituições da Igreja Católica, e por fim, à Igreja Católica propriamente dita<sup>94</sup>.

Deste primeiro conflito, entre a Companhia de Jesus e o Estado Português, resultou o enfraquecimento irremediável da Companhia em Portugal e seus territórios, que não mais recuperou em termos de número de companheiros, de infra-estruturas, de poder, e de prestígio. De certo modo, podemos afirmar que a ligação dos jesuítas aos círculos de poder e às elites portuguesas era de tal forma estreita que a permanência e actividades dos mesmos em Portugal se viram condicionadas por todas as convulsões que o Estado sofreu a partir da segunda metade do século XVIII. Assim foi com a restauração da Companhia em 1829 por iniciativa de D. Miguel, para pouco depois, após a vitória liberal, D. Pedro IV os expulsar de novo (1834). Novamente se dá um tímido regresso em 1848<sup>95</sup>, período no qual se organiza a primeira campanha missionária sustentada da Companhia em Moçambique, quando 118 companheiros são enviados para Moçambique a fim de fundar a Missão da Zambézia (que funcionou entre

---

<sup>93</sup> Um caso que impressionou vivamente, e pela negativa, o Marquês de Pombal foi a resistência activa dos jesuítas relativamente à assinatura e aplicação em 1750 do Tratado de Madrid, entre Portugal e Espanha, relativo à delimitação das fronteiras das poses de ambas as coroas na América do Sul, e que envolveu nomeadamente a troca da Colónia de Sacramento por 7 reduções guaranis no Paraguai. A resistência assumiu a forma de luta armada, e levou à efémera proclamação da República Guarani do Paraguai.

<sup>94</sup> A questão da expulsão dos jesuítas abriu um incidente entre Portugal e os Estados Pontifícios, que originou a expulsão do nuncio apostólico em Portugal, e a substituição da autoridade religiosa papal pela criação da figura de um metropolitano, capacitado para nomear bispos, posteriormente sujeitos a aprovação real. O conflito só foi sanado após o Papa Clemente XIV ter suprimido a Companhia em todo o Mundo.

<sup>95</sup> Apesar do regresso, a Província Portuguesa só seria restaurada em 1880

1880 e 1910). Após a Proclamação da República, são novamente expulsos<sup>96</sup>, tendo regressado definitivamente em 1923. Apesar do regresso em 1923, só com a Constituição de 1933 que abolia as leis de excepção por motivos religiosos e com o decreto de 12 de Maio de 1941 que a reconhecia como corporação missionária, é que a Companhia viu normalizado o seu estatuto jurídico.

Coincidindo com o reconhecimento do seu estatuto, em 1941, a Companhia recomeçou a sua actividade missionária em Moçambique onde, como veremos, e embora de forma modesta, se afirmou como suporte das políticas do Estado Novo para o Ultramar, nomeadamente num dos domínios onde sempre se destacaram – a educação.

---

<sup>96</sup> Apesar de a Companhia ter decidido não extinguir a Província Portuguesa.

### 4.3.2 Práticas de Intervenção dos Jesuítas em Moçambique

“ *A província portuguesa da Companhia de Jesus retomou a sua actividade em Moçambique em 1941, após a institucionalização jurídica do papel das missões no Estado Novo.*”<sup>97</sup> O Estado Novo reconhece nas missões um papel fundamental no domínio do controlo social das populações colonizadas. Durante este período, a missão surge como um instrumento de propaganda do regime salazarista. De forma a reforçar esta função, em 1930<sup>98</sup> o Estado Novo entrega às missões católicas o ensino destinado aos africanos, na altura designado por Ensino Rudimentar. Os principais objectivos deste ensino de acordo com o exposto no Estatuto missionário eram: *“a perfeita nacionalização e moralização dos indígenas e a aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, harmonia com os sexos, condições e conveniências das economias regionais, compreendendo na sua moralização o abandono da ociosidade e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produzam o suficiente para as suas necessidades e encargos sociais.*”<sup>99</sup>

Com efeito, o ensino aparece como um canal ideal que permite incutir hábitos de trabalho, que consequentemente facilitam a integração dos africanos na economia colonial. Por sua vez, os missionários jesuítas reconhecem na sua actividade educativa um meio valioso para expandir a sua influência religiosa, mas também se apercebem da sua instrumentalização por parte do Estado.

Assim sendo, a Companhia de Jesus estabelece-se na região da Angónia (Tete) em Lifidzi, que fora inicialmente ocupada pelos Jesuítas em 1908. A razão pela qual reiniciaram a sua actividade nesta localidade deve-se essencialmente à elevada densidade populacional, atraída pelo planalto fértil e o agradável clima da região. Além

---

<sup>97</sup> PEREIRA, Zélia, “Os Jesuítas em Moçambique – Aspectos da Acção Missionária Portuguesa em Contexto Colonial (1941-1974), Universidade Nova de Lisboa, Revista *Lusotopie*, Junho 2000, pág. 81.

<sup>98</sup> Mais tarde, em 1960, passa a chamar-se Ensino de Adaptação.

<sup>99</sup> Idem, pág. 87, in Cf. Portugal e a Santa Sé, “Concordata e Acordo Missionário de 7 de Maio de 1040”, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1943, pág. 120.

disso, vários relatos de anteriores missionários identificavam a região como sendo habitada por uma população afável e receptiva à cristianização. Mais tarde é ainda retomada a missão de Boroma, outrora antiga sede missionária da Companhia. Consciente de uma concorrência protestante bastante activa, os Jesuítas decidem criar uma missão em Fonte Boa no ano de 1945. Porém, a escassez de missionários jesuítas durante este período<sup>100</sup>, conjugada com a necessidade de expansão e dispersão das suas missões, impediram a fundação de outras missões na região de Tete. Em 1952 assumem a direcção da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima na cidade da Beira, direccionando mais uma vez o seu trabalho para a formação religiosa das elites europeias, ou seja, dos colonos.

Tal como referimos anteriormente, a metodologia impulsionada pelos jesuítas distinguiu-se pelos seus aspectos inovadores, também em Moçambique. Enfrentando o problema da escassez de missionários no terreno, diligenciou novas estratégias: nas suas missões, e durante a sua actividade evangelizadora, os jesuítas recrutavam diversos colaboradores locais. Estes, distinguiam-se dos restantes membros da sua comunidade pela sua notoriedade, ou seja, desempenhavam funções ou ocupavam posições que lhes permitiam gozar de um estatuto social superior. Estes colaboradores são portanto considerados actores privilegiados, exercendo uma influência sobre a sua comunidade, captando assim a atenção dos missionários, que os “utilizam” como veículos de comunicação garantindo desta forma a eficácia da sua intervenção. A aposta na formação destes notáveis permite activar um efeito multiplicador entre iguais, na medida em que actuam enquanto educadores de pares. A transmissão de conhecimentos às populações através de indivíduos perfeitamente integrados nas suas comunidades e

---

<sup>100</sup> Relembramos que a Europa se encontrava num período de Guerra, exigindo a presença de missionários que pudessem apoiar as populações. Mais tarde, durante o processo de descolonização no pós-guerra foi reforçada a sua presença na Europa, entendendo-se que teriam um papel importante na formação religiosa das elites europeias.



respeitados por ela é deste modo garantida. Esta prática é ainda hoje exercida pelos missionários e organizações não governamentais para o desenvolvimento, em virtude dos resultados positivos e eficiência apresentados.

Todavia, apesar do esforço evangelizador dos jesuítas, os resultados globais após 20 anos de missionação ficaram muito aquém das expectativas. As razões para este insucesso foram várias, nomeadamente a falta de preparação da maioria dos missionários no que respeita o domínio das línguas locais, bem como as culturas africanas onde fixavam as missões. Verificou-se ainda uma efectiva resistência ao cristianismo por parte das elites moçambicanas, nomeadamente devido à imposição da monogamia, incompatível com os seus modos de vida. O momento em que os Jesuítas se instalam em Moçambique coincide com uma fase de reestruturação da Companhia em Portugal, limitando a focalização dos trabalhos das missões nas colónias. Toda esta situação é ainda agravada com a ausência de um plano de acção comum para a missionação em Moçambique, bem como a pressão constante do Estado português para um aumento de conversões. Esta pressão, para além de coagir a acção evangelizante, levava a uma redução qualitativa<sup>101</sup> e menor consolidação da cristandade, não sendo raros os casos em que a conversão ao cristianismo servia de pretexto para obtenção de regalias sociais e económicas, bem como um maior acesso a melhores oportunidades.

Somente em 1962, com a nomeação de um novo superior da Companhia em Moçambique, se vai verificar uma viragem com a introdução de um plano de acção estratégico, aliás característico da Companhia de Jesus. O Plano sobre as Actividades da Companhia de Jesus em Moçambique, tal como é denominado, expõe as futuras linhas de intervenção dos missionários, que passam a privilegiar a sua acção nos centros urbanos – Beira, Maputo, Quelimane e Tete. A fim de agilizar as suas actividades no

---

<sup>101</sup> No sentido em que algumas conversões eram efémeras, muitos indivíduos acabavam por desistir.

terreno, é atribuída uma maior autonomia à organização jesuíta missionária em Moçambique face à Província de Portugal, sendo-lhe para tal atribuído o estatuto jurídico de Vice-Província. Com o intuito de prover à falta de conhecimentos sobre as línguas e culturas locais, são elaborados dicionários e gramáticas de forma a facilitar a integração dos missionários. Tal como sucedera em experiências missionárias anteriores, o sincretismo religioso é novamente utilizado na estratégia de missionação em Moçambique. As línguas locais passam a ser utilizadas durante a celebração das missas, são efectuadas traduções das leituras adaptadas à cultura africana, tornando-se assim mais atractivas para as populações locais. Para colmatar a falta de missionários são enviados jesuítas de outras nacionalidades, planeando-se a sua progressiva substituição por futuros padres jesuítas moçambicanos. Por conseguinte, é criada uma escola apostólica na missão de Fonte Boa para formação de candidatos à Companhia de Jesus em 1965. No entanto, não podemos deixar de referir que a inclusão de padres africanos foi inicialmente discreta, por temor à reacção do Estado português. Com efeito, eram atribuídas poucas responsabilidades aos escassos padres africanos recém-formados, atenuando o seu protagonismo de forma a não despertar a atenção do governo português.

Entretanto, as polémicas envolvendo a questão colonial começam a avolumar-se, criando dificuldades ao Estado Português, que começa a sentir forte pressão internacional. Consequentemente, o Estado adopta uma atitude crítica face ao ensino nas missões, e estabelece normas rígidas sobre o ensino. Por sua vez, os Jesuítas reagem à intervenção estatal com medo de perderem o seu papel no ensino, também o principal meio de evangelização. Alargam a sua intervenção ao ensino liceal de forma a reforçar a sua intervenção e influência sobre a formação das elites africanas e paralelamente sobre as camadas mais jovens europeias. Também o ensino técnico e universitário são alvo de

atenção dos jesuítas, mantendo sempre o objectivo de *“estabelecer um trabalho apostólico junto da juventude, que contribuisse para a formação de uma elite intelectual de matriz católica”*<sup>102</sup>.

Com o agravamento da guerra colonial, várias congregações abandonam o território Moçambicano. Pouco a pouco, os jesuítas vão manifestando as suas divergências perante as políticas promulgadas pelo Estado Novo. Relembramos que a hierarquia episcopal portuguesa era na altura controlada pelo Estado, de forma a conter eventuais represálias do clero<sup>103</sup>. Contudo, as opiniões divergiam e no final do conflito colonial destacavam-se três ideias:

1. no seguimento da linha de pensamento do Vaticano II, alguns desejavam o fim do regime colonial, cabendo ao povo moçambicano governar o seu país;
2. outros, não apoiavam as injustiças cometidas contra o povo moçambicano, mas consideravam importante a função integracionista defendida pelo sistema colonial;
3. outros ainda, continuavam a apoiar o governo ou mantinham-se neutros, evitando o seu envolvimento em polémicas fracturantes.

Um dos acontecimentos que veio a afectar a actividade dos jesuítas em Lourenço Marques em 1973 foi a publicação da revista do grupo de Animação Cristã do Ambiente Universitário (ACAU), cujo conteúdo desagradou o arcebispo D. Custódio Alvim Pereira.

Com o fim da guerra colonial e proclamação da independência de Moçambique, os jesuítas vão tentar reorganizar as suas actividades educativas e evangelizadoras. Foram, no entanto, surpreendidos pelo governo da Frelimo que confisca todas as

---

<sup>102</sup> Idem, pág. 101.

<sup>103</sup> O Bispo da Beira, D. Sebastião de Resende, manifestou várias vezes a sua posição crítica face a diversas políticas coloniais, tendo durante o Concílio Vaticano II insistido na importância do direito à liberdade dos povos, o que obviamente deixou descontente o Governo, que só ficou satisfeito com a sua morte. Da mesma forma, o Bispo de Vila Cabral, D. Eurico Dias Nogueira, após várias críticas feitas ao Estado Novo e às acções da PIDE, foi transferido para Angola a fim de evitar que outras críticas se tornassem públicas.

propriedades da Igreja Católica em Moçambique, alegando serem propriedade do Estado, o que colocou os jesuítas na iminência de uma saída forçada do país<sup>104</sup>. Somente em 1984, após a aderência de Moçambique à Convenção de Lomé III, é que o governo restitui as propriedades aos missionários, reconhecendo a sua importância na educação, no apoio social e na saúde, enquanto apoio complementar às intervenções do Estado<sup>105</sup>.

Contudo, num cenário de guerras regionais um pouco por todo o mundo, a Companhia de Jesus cria uma nova organização em Novembro de 1980 – a Jesuit Refugee Service (JRS), cujo principal objectivo é apoiar e prestar assistência aos refugiados de guerra. Os jesuítas passam então a prestar auxílio às populações moçambicanas refugiadas no Malawi. Sem nunca desistir da sua missão educadora, os jesuítas criam o Ensino Secundário Aberto Moçambicano (ESAM) no campo de refugiados de Mankhokwe no Malawi, *“um método flexível de ensino e avaliação que, através de protocolos com as autoridades, permitiria aos que nele participassem alcançar a equivalência ao sistema de ensino moçambicano”*.<sup>106</sup>

Entretanto, os jesuítas reactivam as suas diversas missões (Lichinga, Lifidzi, Fonte Boa, Cuamba, etc.), participando na reconstrução do país, e a partir de 1991, logo após a criação da Organização Não Governamental Leigos Para o Desenvolvimento<sup>107</sup>, os missionários abrem as suas portas aos leigos, beneficiando do apoio de voluntários para a realização das actividades nas missões.

---

<sup>104</sup> De acordo com o relato vivo do Padre Sousa, ex-superior da Companhia em Moçambique, alguns membros da Companhia foram expulsos com base em alegações relacionadas com o seu envolvimento no sistema colonial.

<sup>105</sup> Segundo o Padre Sousa, as escolas nunca chegaram a ser restituídas, foi apenas entregue a sua gestão, à excepção da escola de Fonte Boa que foi efectivamente devolvida enquanto propriedade em 2003.

<sup>106</sup> LEIGOS PARA DESENVOLVIMENTO (2006), “Voluntário ao Sul do Equador”, Público, Lisboa, pág. 51.

<sup>107</sup> Esta ONGD surge em 1986, da vontade de um grupo de jovens universitários que frequentavam o CUPAV – Centro Universitário P. António Vieira, dirigido pela Companhia de Jesus, cujo director P. António Vaz Pinto ajudou a fundar.

A fim de perceber a dimensão da importância das missões e o seu papel no desenvolvimento de Moçambique, enquanto centros de recurso para as populações locais, iremos exemplificar o funcionamento e actividades de algumas missões.

A missão de Lichinga, situada a norte de Moçambique na província de Niassa, uma das regiões mais pobres e isoladas de Moçambique, é um dos locais onde a intervenção da Igreja provou ser crucial. Em 1993, os jesuítas decidem construir uma escola secundária a fim de suprir a ausência do 11º e 12º ano nas escolas estatais. Percebemos então que o papel supostamente complementar da igreja revela-se afinal sucedâneo ao do Estado, que não consegue dar resposta aos problemas sociais e educativos do país. Paralelamente, foram criados outros projectos: Projecto de Alfabetização de Adultos, Biblioteca, Centro de Formação em Informática onde leccionam cursos básicos de informática e formação de formadores e Projecto Escolinhas Comunitárias do Niassa. Este último revela uma particular sensibilidade da parte dos jesuítas, que visam a promoção do ensino pré-primário, de forma a preparar suavemente a transição das crianças para o ensino primário, nomeadamente na preparação das crianças para o domínio da língua portuguesa, que aliás é a língua oficial em Moçambique. As barreiras linguísticas foram e continuam a ser apontadas, como um dos principais factores responsável pelo insucesso escolar de muitas crianças. Também na área da saúde, através do envio de voluntários (médicos, enfermeiros e fisioterapeutas) para o Hospital Distrital de Lichinga e postos de saúde da região, é prestado auxílio à população. Existe ainda um projecto de combate à SIDA coordenado pelos Leigos para os Desenvolvimento, que visa essencialmente a sensibilização das populações sobre o problema da SIDA, promovendo a divulgação de conhecimentos sobre a doença e a sua prevenção.

A missão de Fonte Boa na Angónia, ocupada pelos jesuítas tal como referimos anteriormente no início do século XX e retomada posteriormente em 1941, foi transformada após a independência em quartel-general, sendo apenas recuperada pelos jesuítas depois da assinatura dos acordos de paz. Após a restauração da missão reiniciam-se as actividades escolares, promovendo paralelamente um ensino profissional através de cursos de carpintaria e escultura. À semelhança de outras missões existe ainda uma biblioteca, uma ludoteca, um centro de informática, um incentivo à prática de vários desportos quer para os alunos, quer para a comunidade.

Outra área de intervenção que merece a nossa atenção prende-se com a promoção feminina. Muitas missões promovem cursos de Promoção Feminina, apostando na formação das mulheres em diversas áreas, nomeadamente em economia doméstica, higiene e saúde, costura, culinária e alfabetização funcional. Esta actividade demonstra que a Igreja Católica reconhece a relevância do papel da mulher no desenvolvimento. A mulher desempenha funções de gestão no seio da família africana. É ela que providencia os alimentos, que trata dos filhos e da sua higiene, e que muitas vezes garante o sustento da família. Por conseguinte, uma mulher educada e mais informada pode conduzir à melhoria de condições de vida dos seus filhos e gerações futuras.

A diversidade das áreas de intervenção e a metodologia utilizada, revelam a preocupação que os jesuítas têm em desenvolver uma abordagem multidimensional. Cientes de que a educação pode conduzir a um maior desenvolvimento humano, ou seja, ao empowerment de cada indivíduo, os jesuítas consideram essencialmente três dimensões na sua abordagem educativa<sup>108</sup>:

---

<sup>108</sup>Ver: [http:// www.ppcj.pt/ideario.htm](http://www.ppcj.pt/ideario.htm)

- 1) Dimensão Pessoal, que visa consciencializar o indivíduo para as suas responsabilidades, num ambiente equilibrado, num espaço de liberdade onde ele possa desenvolver a sua criatividade, capacidade de comunicação e hábitos de trabalho;
- 2) Dimensão Social, onde o indivíduo está integrado no tecido social, sem se deixar oprimir pelas estruturas injustas, demonstrando capacidade crítica e de intervenção na sociedade civil, de forma a colaborar para um futuro desenvolvimento harmonioso à escala nacional e internacional;
- 3) Dimensão Religiosa, que visa proporcionar ao indivíduo o sentido cristão da vida, levando-o a actuar sempre em conformidade com os valores da fé cristã.

Tal como Amartya Sen (2003) defende a necessidade de expansão das capacidades de cada ser humano, isto é, a capacidade de ser e fazer, os jesuítas incitam através do seu ideário educativo à capacitação do indivíduo, sempre num contexto de liberdade e responsabilidade pelos seus actos.

Finalmente, gostaríamos de relembrar que as missões, apesar do seu aparente isolamento físico, nunca se encontram efectivamente isoladas. A Igreja Católica, instituição da qual os jesuítas fazem parte, possui uma poderosa rede externa, que funciona como elemento integrante. São as relações externas que a Igreja mantém à escala mundial que, segundo Paul Gifford (1998) “(...) *have become a major, if not the greatest single, source of development assistance, money, employment and opportunity in Africa.*”<sup>109</sup>

---

<sup>109</sup> GIFFORD, Paul (1998), “African Christianity – Its Public role”, Indiana University Press, Bloomington.

## V – CONCLUSÕES

Ao longo da nossa pesquisa, foi-nos possível averiguar que a Igreja Católica desempenhou diversas funções em prol do desenvolvimento, tendo no entanto identificado uma variação nas suas estratégias e metodologias de acção no decorrer do tempo.

Com efeito, a Igreja Católica desempenhou um papel crucial na promoção dos ideais políticos do Estado Novo através do seu desempenho no domínio da educação e evangelização, de forma a garantir uma maior integração das populações das ex-colónias na economia e cultura portuguesa. Este estreito vínculo entre estas duas instituições serviu os interesses de ambas. Apesar da Igreja nem sempre concordar com algumas das práticas do sistema colonial, cumpriu as suas funções até ao período pós colonial. Após a independência de Moçambique, a Igreja Católica teve de renegociar a sua intervenção naquele território, perdendo nos primeiros anos de independência muitas das regalias sociais, económicas e políticas de que usufruía no passado.

Ultrapassados alguns momentos de tensão, a Igreja restabelece o pleno funcionamento das suas missões, retomando muitos dos seus objectivos iniciais, sendo o principal a evangelização. No entanto, é de se salientar uma maior consciência por parte dos missionários acerca da problemática do desenvolvimento e do papel da Igreja Católica na redução da pobreza. As missões continuam a ser importantes pólos de acção através da dinamização de pequenas economias, criação de postos de trabalho e infra-estruturas (saneamento, água, electricidade, transportes), encaradas como centros de recursos para as comunidades locais confinadas ao isolamento. Porém, verificamos que há uma mudança no tipo de resposta fornecida, nomeadamente pelos Jesuítas. A educação continua a ser uma actividade chave, mas pretende ser mais integrada e



compatível com as necessidades locais – aposta no ensino pré-primário e ensino técnico-profissional. As respostas sociais procuram romper com o assistencialismo, estando a Igreja Católica mais atenta às mais recentes correntes ideológicas que visam a promoção e capacitação do indivíduo. A sua maior abertura aos leigos, apelando à sua participação nas missões, é um facto que demonstra uma mudança de comportamento desta instituição. A presença de recursos humanos especializados em diferentes áreas dá uma nova face às missões católicas, possibilitando-lhe uma acção mais incisiva. Muitos destes profissionais são voluntários que incorporam novas dinâmicas às missões, tornando-as mais atractivas para as populações locais.

Como tal, consideramos que é indispensável que a Igreja Católica estabeleça mais parcerias de desenvolvimento com outras instituições, na medida em que estas relações podem tornar-se frutíferas, havendo uma conjugação de esforços e complementaridade nas tarefas e áreas abrangidas, evitando deste modo uma duplicação no gasto de recursos, que muitas vezes são escassos.

Outra característica que pode contribuir para o reforço do seu papel no processo de desenvolvimento é seguramente a sua poderosa rede de contactos. Aproveitando a presença da Igreja em praticamente todos os países, as relações diplomáticas do Estado Vaticano com os respectivos governos devem ser potencializadas e canalizadas para a melhoria das condições de vida das populações.

No entanto ficou claro que a Igreja Católica se deve diferenciar das ONGD no desempenho do seu trabalho no âmbito do desenvolvimento, e que deve fazê-lo centrando-se essencialmente na esfera humana, fazendo uso da sua criatividade, e focando-se na capacitação das pessoas que recorrem ao seu apoio. A Igreja tem de persistir no abandono do seu discurso assistencialista, ainda enraizado na sua estrutura milenar.

Um dos aspectos amplamente referido ao longo da nossa exposição foi o papel da Igreja, nomeadamente dos Jesuítas, na formação de elites, e consequentemente na mobilidade social. De facto, este fenómeno parece incontestável, quando somos confrontados com os dados estatísticos ou com o reconhecido nível de qualidade do ensino. A educação surge assim como um meio eficaz para alcançar níveis de evangelização mais elevados, para além de constituir um vigoroso instrumento de poder. A formação das elites permite à Igreja exercer uma maior influência nos diversos domínios da prática social identificados por Friedmann, e beneficiar das relações de poder que se cruzam entre si.

Tal como expusemos anteriormente, a Igreja pode de forma consciente desempenhar uma função essencial no desenvolvimento, aproximando-se do conceito de Amartya Sen – *Capability Approach*, accionando uma educação que se identifica com os princípios do desenvolvimento alternativo. Trata-se de uma função complementar ao processo de *empowerment*, que visa o reequilíbrio da estrutura de poder na sociedade, em que se verifica um aumento dos poderes da sociedade civil na gestão dos seus recursos, uma maior transparência do poder estatal e uma maior responsabilidade social da economia empresarial.

Confirmando a teoria de alguns pensadores, nomeadamente Weber (1981), a Igreja católica exerce um controlo social sobre a vida quotidiana das pessoas e das sociedades, exercendo consequentemente uma influência sobre o desenvolvimento destas sociedades.

Outra questão que nos parece fundamental salientar, prende-se com o difusionismo de que nos fala Elikia M'Bokolo (2003) e que abordámos na primeira parte deste estudo. A Igreja Católica não constitui uma excepção à regra. Muitos missionários condenaram aspectos culturais das sociedades no que respeita ao domínio

religioso, acreditando na sua inferioridade cultural, e chegando a considerar os seus praticantes primitivos. Infelizmente, tende ainda a prevalecer a ideia, mesmo que seja de uma forma muito subtil, de que as sociedades ocidentais são civilizações superiores.

Por fim, entendemos que é importante que no futuro próximo a Igreja Católica entregue as missões aos padres africanos, para que tenham uma maior influência sobre a vida quotidiana das populações africanas, promovendo a coesão social e o *empowerment* das populações, elementos fundamentais para o desenvolvimento. Deste modo, partilhamos a ideia de Jozef Zalot (2002) segundo o qual os teólogos e bispos católicos africanos têm dois mandatos importantes: 1) devem escutar os ensinamentos sociais da Igreja Católica e as vozes do povo africano “*in order to determine how the church as a whole can empower the faithful to assume responsibility for their own economic well-being*”; 2) devem dirigir-se à comunidade internacional intervindo nas políticas económicas e programas aplicados nos países africanos, no intuito de defender os interesses dos povos que representam.

A Igreja Católica deve ser impulsionadora de uma nova Teologia, capaz de promover a Liberdade como elemento fulcral do Desenvolvimento.

## VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSSON, Hans, NILSSON, Anders (1994), “Moçambique em Transição – Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992”, PADRIGU / IEEI-ISRI, Maputo.

AFONSO, Maria Manuela (1995), “Cooperação para o Desenvolvimento: características, evolução e perspectivas futuras”, CIDAC, Lisboa.

ALKIRE, Sabina (2003), “3<sup>rd</sup> Conference on the Capability Approach: From Sustainable Development to Sustainable freedom”, University of Harvard. ([www.fas.harvard.edu/~freedom/](http://www.fas.harvard.edu/~freedom/))

ALVES, Maria Inês Pacheco (1996), “As ONG na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento”, CIDAC, Lisboa.

AUSTRAL Consultoria (1999), “Final Report: Dialogue on the relationship between national NGOs and the Government in Mozambique”, Austral Consultoria e Projectos, Lda. Ministry of Foreign Affairs and Cooperation, Maputo.

BANCO MUNDIAL (2001), “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: Luta Contra a Pobreza”, Banco Mundial. [www.worldbank.org/poverty/portuguese/wdr/index.htm](http://www.worldbank.org/poverty/portuguese/wdr/index.htm)

BARROS, Pedro Pita e Garoupa, Nuno (1997), “An Economic Theory of Church Location”, Working Paper nº. 308, Fac. Economia, UNL, Outubro.

BEIER, P. (1993), “The institution Church and the Future of Europe”, in *Europerspective II -Une Nouvelle Europe, Visions et Actions*.

BELSHAW DERIHE, Calderise, Robert e Sugden, Chris (2001), “Faith in Development – Partnership between the world bank and churches of Africa”, World Bank International, Oxford.

BOFF, Leonardo (1998), “O caminhar da Igreja com os oprimidos”, Petrópolis, Editora Vozes, 2ª edição.

BOFF, Leonardo e BOFF, Clovdis (1998), “Como fazer Teologia da Libertação”, Petrópolis, Editora Vozes, 7ª edição.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc J. D. (1992), “Réponses”, Editions du Seuil, Paris.

BRANQUINHO, M. Inês, CARDOSO, Stefânia, OPPENHEIMER, Jochen e RODRIGUES, Filipe (2005), “PARPA no caso Moçambicano”, Ficha de Leitura Economia do Desenvolvimento II, UTL/ISEG, Lisboa.

CAHEN, Michel (1998), “ L’ État Nouveau et la diversification Religieuse au Mozambique “, Lx, Doc. Trab Nº 49.

CAIRNS, Earle E. (1995), “O Cristianismo através dos Séculos – Uma História da Igreja Cristã”, Edições Vida Nova, São Paulo.

CALHOUN-BROWN, Allison (2000), “Upon this black church non-violence and the civil rights movement”, in Revista *Political Science and Politics*, Vol. XXXIII, nº2, pp.169-174.

COMBLIN, José (1975), “Liberación y Cautiverio”, Encontro Latino Americano de Teologia, Mexico.

COMISSÃO EUROPEIA (2002), “Trade Between Mozambique and the European Union”, Maputo, European Commission’s Delegation.

DIONÍZIO, S. P. (1998), “O papel das Organizações Não Governamentais (ONGs) no desenvolvimento de Moçambique: Estudo em Províncias seleccionadas”, Tese de Mestrado Economia Internacional, ISEG/UTL, Lisboa.

DEGNBOL-MARTINUSSEN, John e ENGBERG-PEDERSEN, Poul (2003), “AID – Understanding International Development Cooperation”, Zed Books, New York.

DUSSEL, Henrique (1999), “Teologia da Libertação – um panorama de seu desenvolvimento”, Petrópolis, Editora Vozes.

ECDPM (2001), “Infokit de Cotonou”, Maastricht.

ÉLA, Jean-Marc (1980), “Le Cri de L’Homme Africain: questions aux chrétiens et aux églises d’Afrique”, L’Harmattan, Paris.

ÉLA, Jean-Marc (1982), “L’Afrique des Villages”, Éditions Karthala, Paris.

FÄRBER, Hellmuth, FRANZ, Jutta, et al. (1990), “African Development Perspectives Yearbook 1989”, Vol. I: «Human Dimensions of Adjustment», Schelzky & Jeep, Berlin.

FARIA, Fernanda e CHICHAVA, Ana (1999), “Descentralização e cooperação descentralizada em Moçambique”, ECDPM / Documento de reflexão nº 12.

FERREIRA, António Matos (2004), “I República – Catolicismo e Direitas Políticas – I Parte”, in Revista *História*, Nº 67, Junho, Ano XXVI (III Série), pp. 28-37.

FERREIRA, António Matos (2004), “I República – Catolicismo e Direitas Políticas – II Parte”, in Revista *História*, Nº 68, Julho/Agosto, Ano XXVI (III Série), pp. 40-49.

FERREIRA, Manuel Ennes e TORRES, Adelino (2000), “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas”, ISEG, Lisboa.

FUKUDA-PARR, Sakiko (2003), “The Human Development Paradigma: Operationalizing Sen’s Ideas on Capabilities”, in *Feminist Economics*, nº 9, pp. 301-317.

FRIEDMANN, J. (1996), “Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo”, Celta, Lisboa.

GIFFORD, Paul (1998), “African Christianity – Its Public Role”, Indiana University Press, Bloomington.

GINJA, Vitória e SCHWARZ, Carlos (1997), “A acção de solidariedade social das ONG dos PALOP – Relatório de Moçambique”, Maputo, pp. 5-19.

HANLON, Joseph (1996), “How The IMF Blocks Rebuilding in Mozambique”, African Issues, Oxford.

HEWITT, W.E. (2000), “Liberation Theology”, Praeger Publishers.

ICP (2002), “Programa Integrado da Cooperação Portuguesa 2002”, Instituto da Cooperação Portuguesa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

IPAD (2004), “Programa Indicativo de Cooperação”, Texttype, Lisboa.

IKEDA, Daisaku (1984), “Valores Humanos num mundo em mutação: Um diálogo sobre o papel social da religião”, Rio de Janeiro.

KEOUGH, Lucy e MARSHALL, Katherine (2005), “Finding Global Balance – Common Ground between the Worlds of Development and Faith”, The World Bank, Washington, D.C.

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO (2006), “Voluntários ao Sul do equador”, Público, Lisboa.

LE GRAND, S. (1998), “Mozambique – EU Cooperation – Improving Living Conditions in Rural Areas, in *The Courier*, nº168, pp.28-30.

LEITE, Joana Pereira (1989), “La formation de l’économie coloniale au Mozambique – Pacte colonial et industrialisation: du colonialisme portugais aux réseaux informels de sujétion marchande – 1930/1974”, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, pp. 12-89.

Magesa, Laurenti (1993), “The Church in Eastern Africa: Retrospect and Prospect”, in *How Local is the Local Church? Small Christian Communities and Church in Eastern Africa*, Ed. Agatha Radoli, SOM, 3-35, Kenya.

MARCHAND, Jacques (1995), “Économie et société dans la transition libérale au Mozambique”, in *Lusotopie “Transitions libérales en Afrique lusophone”*, Karthala, Paris, pp. 105-136

MARX, Karl (1976), “Sociedade e Mudanças Sociais”, Edições 70, Lisboa.

M’BOKOLO, Elikia (2003), “África Negra – História e Civilizações”, Tomo I, Edições Vulgata, Lisboa.

MEIER, Gerald M. e SEERS (1998), “La Période de Formation” in Les Pionniers du Développement, Edition Economica, Publicação do Banco Mundial, Paris.

MONTEIRO, R.L. (2001), “África na Política de Cooperação Europeia”, ISCSP, Lisboa.

MUNSLOW, Barry, et al. (1986) “Africa – Problems in the Transition to Socialism”, Zed Books, London.

NEPAD (2001), “A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África”, Abuja, Nigéria.



OPPENHEIMER, Jochen (1993), “Cooperação para o Desenvolvimento no contexto do ajustamento estrutural e da guerra: o caso de Moçambique”, Lição integrada na disciplina de “Cooperação e Desenvolvimento”, pp. 30-33.

OPPENHEIMER, Jochen e RAPOSO, Isabel (2002), “A cooperação direccionada para os grupos vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada – A pobreza em Maputo”, Ministério do Trabalho e da Solidariedade – Departamento de Cooperação, Lisboa.

OWEN, J. Judd (1999), “Church and State in Stanley Fish’s Antiliberalism”, in *The American Political Science Review*, Vol. 93, nº4, Boston, pp. 911-924.

PATTILLO-MCCOY, Mary (2000), “Church Culture as strategy of action in the black community”, in *American Sociological Review*, Vol. 63, Nº6, June, Georgia State University.

PERROUX, François (1967), “A Economia do Século XX”, Livraria Moraes Editora, Lisboa.

PEREIRA, Zélia (2000), “Os Jesuítas em Moçambique – Aspectos da Acção Missionária Portuguesa em Contexto Colonial (1941-1974) ”, Universidade Nova de Lisboa, Revista *Lusotopie*, Junho, pp. 81-105.

PNUD (2000), “Relatório do Desenvolvimento Humano 2000”, Trinova, Lisboa.

PNUD (2001), “Relatório do Desenvolvimento Humano 2001”, Presença, Lisboa.

PNUD (2002) Relatório do Desenvolvimento Humano 2002 – Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado”, Presença, Lisboa.

PNUD (2003), “Relatório de Desenvolvimento Humano 2003 – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para pôr termo à pobreza humana”, Mensagem, Lisboa.

RICHARD, Carmel (2001) “Church and state the faith Community and the TRC”, *Revista Indicator South Africa*, Vol. 16, nº1, pp. 42-46.

RITA-FERREIRA, António (1975), “Povos de Moçambique: história e cultura”, Afrontamento, Porto.

SACHS, Ignacy (1980), “Stratégie de l’Écodéveloppement”, Les Éditions Ouvrières, Paris.

SACHS, Ignacy (1998), “La Logique du Développement”, in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, UNESCO, Nº 157, Setembro.

SARDAN, Olivier (1990), “Para uma abordagem antropológica das ideologias e práticas de desenvolvimento”, *Revista Internacional de Estudos Africanos* N.º 12-13, pp. 189-198.

SEN, Amartya (2003), “O Desenvolvimento como liberdade”, Gradiva, Lisboa.

SERRA, António M. A. (2000), “Os três anos que abalaram Moçambique”, *Estudos de Desenvolvimento*, CESA, ISEG/UTL, Lisboa.

SIITONEN, Lauri (1990), “Political Theories of Development Cooperation – A Study of Theories of International Cooperation”, Working Paper 86, University of Helsinki, Finland.

SILVA, Teresa Cruz, et al. (1998), “Carências sociais na periferia da Cidade de Maputo: os casos de Chamanculo, Albasini e Zimpeto”, Maputo.

STIGLITZ, Joseph (2001), “Participation and Development: Perspectives from the Comprehensive Development Paradigm”, in *Democracy, Market, Economics and Development: an Asian Perspective*, World Bank, edited by Farrukh Iqbal and Jong-IL You, Washington DC, pp. 49-71.

STIGLITZ, Joseph (2002), “A Globalização e os seus Malefícios”, Editora Futura, São Paulo.

UNCTAD (2002), “The Least Developed Countries Report 2002 – Escaping the Poverty Trap”, United Nations: New York and Geneva, pp. 24-28.

VENÂNCIO, José Carlos (1997), “O Desafio Africano”, Edições Vega e Universidade da Beira Interior, Lisboa.

WEBER, Max (1981), “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Editora Universidade de Brasília, S. Paulo.

WORLD BANK (2001), “Poverty Trends and Voices of the Poor”, World Bank.

WORLD BANK (2003), World Development Report 2003 – Sustainable Development in a Dynamic World, The World Bank, Washington, D.C.

ZALOT, Jozef D. (2002), “The Roman Catholic Church and Economic Development in Sub-Saharan Africa – *Voices yet Unheard in a Listening World*”, University Press of America, Boston.

## **METODOLOGIA**

ECO, Umberto (1997), “Como se faz uma Tese em Ciências Humanas”, Editorial Presença, Lisboa.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1992), Manual de Investigação em Ciências Sociais, Gradiva, Lisboa.

## SITES CONSULTADOS

[www.jesuitas.historia.htm](http://www.jesuitas.historia.htm)

<http://www.ppcj.pt/ideario.htm>

<http://www.wfdd.org.uk/>

[www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)

[www.vatican.va](http://www.vatican.va)

<http://reference.allrefer.com/encyclopedia/M/Mozambiq-history.html>

<http://www.fh-augsburg.de/~harsch/chronologia/lspost17/boym/english.html>

<http://www.cervantesvirtual.com>

<http://www.ppcj/sjcrono.html>

<http://www.revista.art.br/site-numero-05/trabalhos/10.html>

<http://www.es.wikipedia.org>

<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/222.pdf>

<http://www.ub.es/geocrit/nova.html>

[www.newadvent.org](http://www.newadvent.org) (Enciclopédia Católica)

[http://www.compania-jesus.pt/intr/hist\\_port.html](http://www.compania-jesus.pt/intr/hist_port.html)

[www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jeuitas/-private/hj.html](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jeuitas/-private/hj.html)

[www.leigos.org](http://www.leigos.org)

<http://www.gddc.pt/cooperacao/instrumentos/bilaterais/concordata-santa-se.html>

[www.worldbank.org/poverty/data/trends/trends.pdf](http://www.worldbank.org/poverty/data/trends/trends.pdf)

## **VII ANEXOS**

## Quadro I

### Instituições Católicas de Ensino existentes em 2002

Continentes	Infantários		Escolas Primárias		Escolas Secundárias		Inst. Estudos Superiores e Universidades		
	Nº	Alunos Inscritos	Nº	Alunos Inscritos	Nº	Alunos Inscritos	Estudantes Ens. Superior	Estudantes Universitários	
								Estudos Eclesiásticos	Outros Estudos
<b>África</b>	<b>11.025</b>	<b>1.041.335</b>	<b>31.818</b>	<b>11.573.335</b>	<b>7.959</b>	<b>2.727.430</b>	<b>35.251</b>	<b>8.068</b>	<b>52.168</b>
América	15.655	1.604.740	23.864	7.536.597	10.203	3.725.658	561.974	98.364	1.421.941
Ásia <sup>1</sup>	12.705	1.455.856	15.318	5.263.695	8.484	4.629.530	891.065	51.873	468.664
Europa	22.880	1.661.947	17.764	3.065.511	9.982	3.665.590	246.466	79.479	238.555
Oceania	838	51.850	2.786	617.008	647	368.770	12.662	3.774	6.905
<i>Total<sup>l</sup></i>	<i>63.103</i>	<i>5.815.728</i>	<i>91.550</i>	<i>28.056.146</i>	<i>37.275</i>	<i>15.116.978</i>	<i>1.747.418</i>	<i>241.558</i>	<i>2.188.233</i>

**Nota:** <sup>1</sup> Não estão incluídos os países cujos dados estatísticos não são conhecidos

**Fonte:** Annuarium Statisticum Ecclesiae 2002, pág. 288

## Quadro II

### Instituições de Assistência e Beneficência Católica existentes em 2002

Continentes	Hospitais	Ambulatórios	Leprosarias	Instituições de Acolhimento de Idosos, Doentes Crônicos e Deficientes	Orfanatos	Jardins de Infância	Centros de Aconselhamento Matrimonial	Centros de Educação ou Re-educação Social	Outras Instituições	Total
<b>África</b>	<b>964</b>	<b>5.018</b>	<b>270</b>	<b>655</b>	<b>791</b>	<b>2.036</b>	<b>1.728</b>	<b>2.202</b>	<b>1.575</b>	<b>15239</b>
<b>América</b>	1.954	5.459	63	3.755	2.488	4.212	5.802	15.108	4.751	43.592
<b>Ásia</b> <sup>1</sup>	1.076	3.402	340	1.685	3.049	2.959	940	4.847	1.384	19.682
<b>Europa</b>	1.232	2.457	4	7.975	2.580	2.376	4.641	10.141	1.688	33.094
<b>Oceania</b>	167	190	1	362	60	92	237	493	48	1650
<b>Total</b> <sup>1</sup>	<i>5393</i>	<i>16.526</i>	<i>678</i>	<i>14432</i>	<i>8968</i>	<i>11.675</i>	<i>13.348</i>	<i>32.791</i>	<i>9.446</i>	<i>113257</i>

**Nota:** <sup>1</sup> Não estão incluídos os países cujos dados estatísticos não são conhecidos

**Fonte:** Annuario Statisticum Ecclesiae 2002, pág. 363

### Quadro III

#### Desenvolvimento da produção e do comércio externo em anos escolhidos entre 1973 e 1986

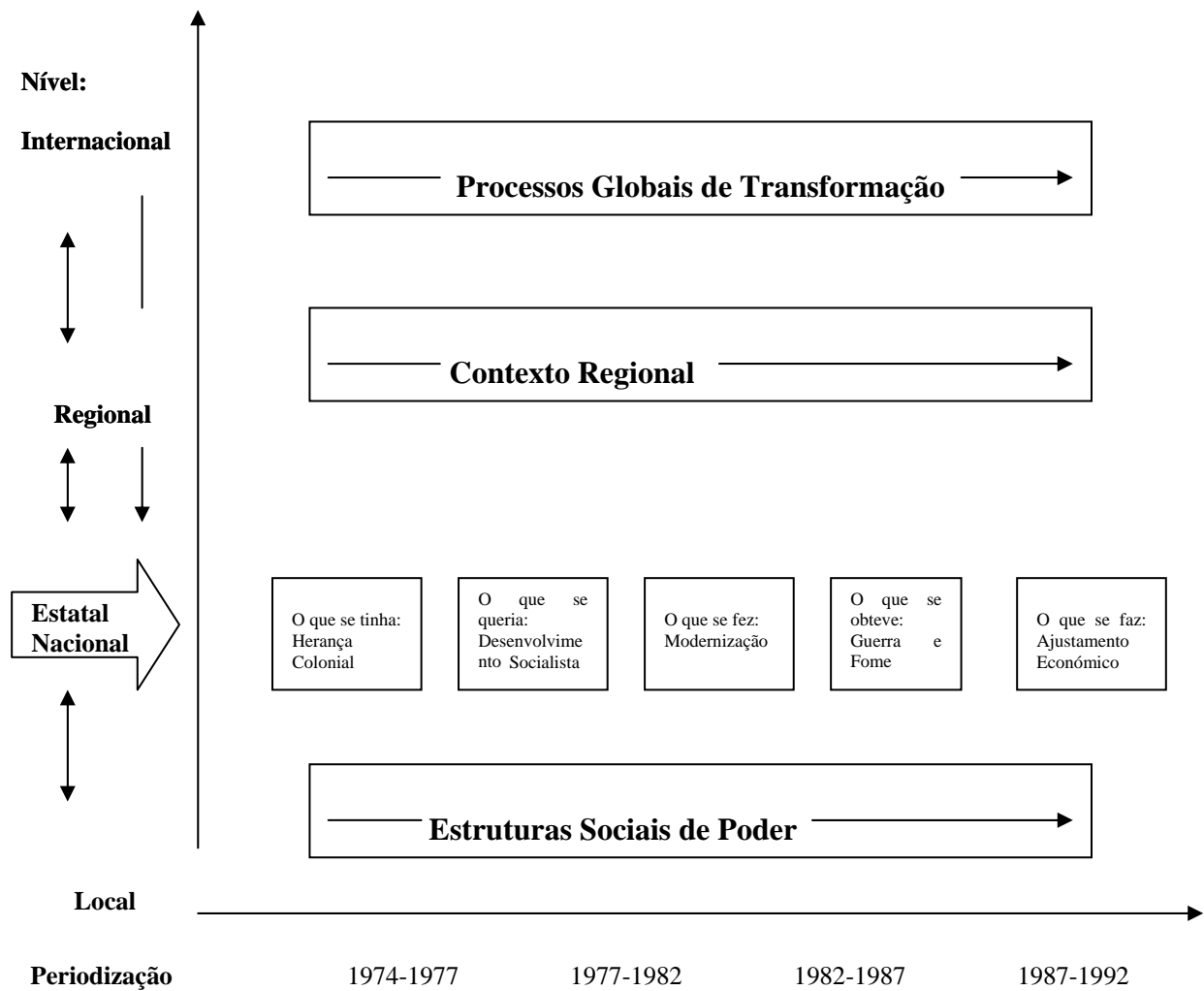
	1973	1974	1975	1977	1981	1983	1985	1986
Desenvolvimento da produção PSG (biliões meticais, preços de 1980)	112	92	71	75	84	64	54	56
Sendo:								
Agricultura	37	32	25	31	31	24	25	25
Indústria,								
Pescas	42	35	28	28	34	23	15	15
Transportes	12	11	9	7	9	6	4	4
Exportações (milhões US\$, preços correntes)	226	296	185	153	280	132	77	79
Importações (milhões US\$, preços correntes)	465	460	395	336	801	636	424	543
Exportação/Importação (%)	49	64	47	45	35	21	18	15

**Fonte:** Ratilal, 1990, in Abrahamsson e Nilsson, 1994, pág.47



## Quadro IV

### Resumo do Período entre 1974 - 1992



Fonte: Abrahamsson e Nilsson, 1994, pág. 13

## Quadro V

### Défi ce do Orçamento do Estado

(em milhões de contos MT)

	<i>1986</i>	<i>1987</i>	<i>1988</i>	<i>1989</i>	<i>1990</i>	<i>1991</i>
Défi ce antes Donativo	-29,5	-92,4	-157,8	-246,5	-395,2	-511,1
Donativos	3,9	37,7	91,8	159,8	226,3	397,0
Défi ce Global (Líquido)	-25,6	-54,7	-66,0	-86,7	-168,9	-114,1
<b>Financiamento</b>						
Estrangeiro	5,9	33,2	52,9	81,7	168,5	127,7
Doméstico	19,7	21,5	13,1	50,0	0,4	-13,6

**Fonte:** CNP/DNE, Informação Estatística, Plano Económico e Social

Quadro VI

Organigrama da Igreja Católica

(Criado a partir das informações recolhidas no site [www.vatican.va](http://www.vatican.va))

